

Informe trinacional:
Queimadas e desmatamento em territórios com registros
de povos indígenas em situação de isolamento
Bolívia – Brasil – Paraguai
(2020, ano referência 2019)



Grupo de Trabalho Internacional de Proteção aos Povos Indígenas em Situação
de Isolamento e Contato Inicial (GTI PIACI)



Informe trinacional:
Queimadas e desmatamento em territórios com registros
de povos indígenas em situação de isolamento
Bolívia – Brasil – Paraguai
(2020, ano referência 2019)

Realización:	Grupo de Trabajo Internacional de Protección de los Pueblos Indígenas en Situación de Aislamiento y Contacto Inicial (GTI PIACI)
Secretaría del GTI PIACI:	<i>Land is Life</i> (LIL)
Coordinación de los Informes:	Antenor Vaz
Autoría del Informe de Incendios Trinacional:	Antenor Vaz
Autoria dos Informes Queimadas Locais:	Bolivia: Central de Comunidades Indígenas Tacana II - Rio Madre de Dios (CITRMD), elaborado por: Adamo A. Diego Cusi e Agustin Moy Yubánure; Brasil: Coordenação das Organizações indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), elaborado por: Ananda Santa Rosa; Paraguay: Iniciativa Amotocodie (IA), elaborado por: Miguel Angel Alarcón, Luis María de la Cruz, Jieun Kang e Miguel Lovera.
Revisão português:	Ana Bigio
Tradução português:	Pablo Diener
Revisão e tradução o inglês:	Richard Allen
Revisão e tradução espanhol	Daniel Márquez
Fotografia:	Esteban Barrera
Edição:	Land is Life

V393i

Vaz, Antenor.

Informe Trinacional: Queimadas e Desmatamento em Territórios com Registros de Povos Indígenas em Situação de Isolamento – PIA – Bolívia – Brasil – Paraguai./
Antenor Vaz. Brasília-DF: GTI PIACI, 2020.

Languages: Portuguese, Spanish and English
ISBN: 978-65-991269-0-1

1. Ecologia. 2. Queimadas. 3. Desmatamento. 4. Povos Indígenas.
5. PIA na América do Sul. I. Título.

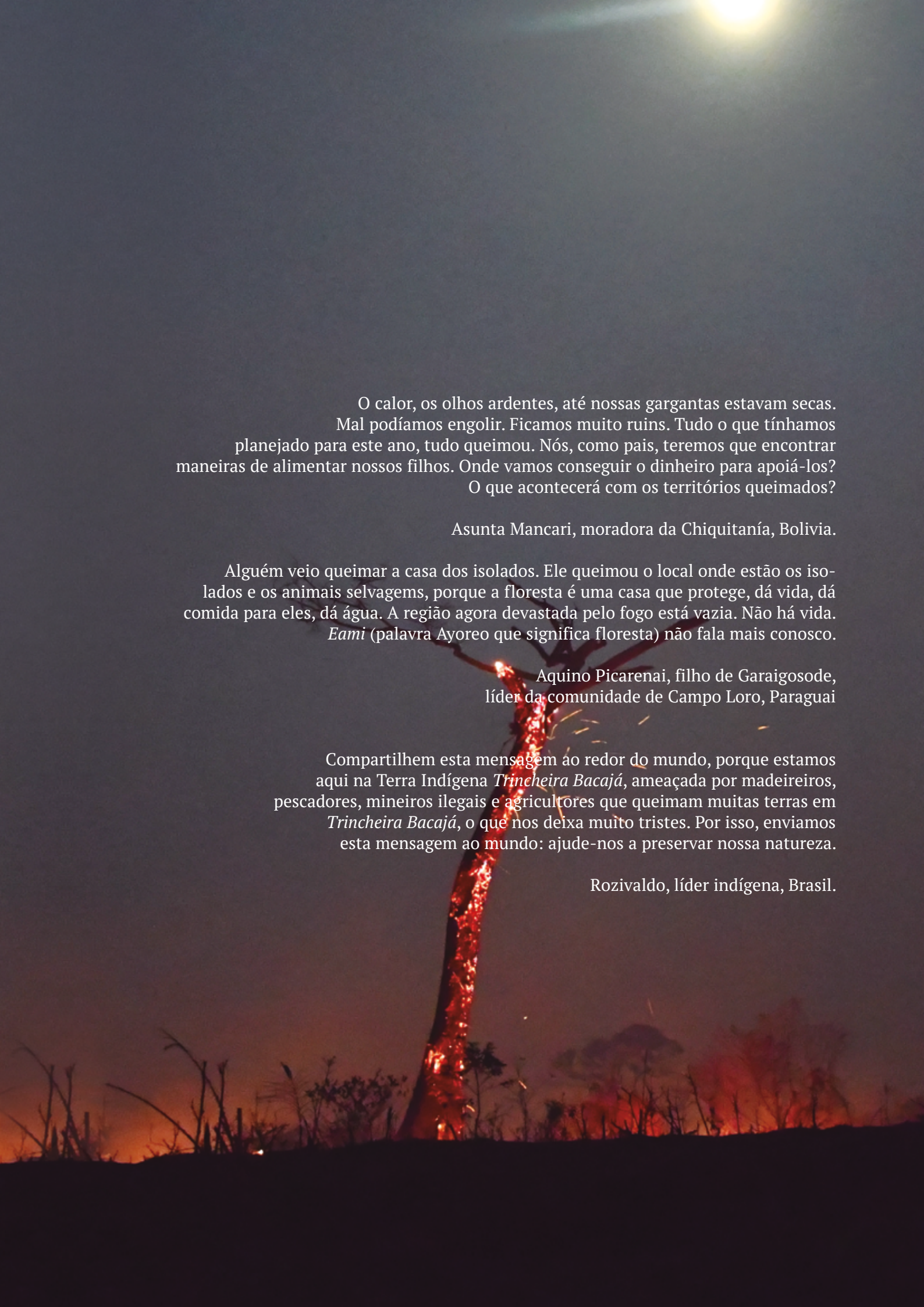
CDU 504

(Catálogo elaborado por - Douglas Rios – Bibliotecário – CRB1/1610))

Sumario

Apresentação	9
1. Marco conceitual	10
1.1. Povos indígenas em situação de isolamento – PIA	10
1.2. Território.....	10
1.3. Vulnerabilidades	10
1.4. Fogo ativo	11
1.5. Área Queimada	11
1.6. Pixel.....	11
1.7. Imagem de satélite	11
2. Introdução.....	11
2.1. Origem das queimadas.....	13
3. Os pia na América do Sul.....	16
4. Conhecimento ecológico tradicional e tipos de queimadas na Bolívia, no Brasil e no Paraguai	19
4.1. Conhecimento Ecológico Tradicional.....	19
4.2. Tipos de queimadas na Bolívia, no Brasil e no Paraguai	21
5. Metodologia	31
5.1. Procedimentos para os informes locais	31
5.2. Procedimentos do Informe Bolívia	32
5.3. Procedimentos do Informe Brasil.....	33
5.4. Procedimentos do Informe Paraguai.....	34
6. Queimadas em territórios indígenas e unidades de conservação com presença de PIA.....	35
7. Considerações.....	42
8. Referencias.....	48
9. Anexos.....	49





O calor, os olhos ardentes, até nossas gargantas estavam secas. Mal podíamos engolir. Ficamos muito ruins. Tudo o que tínhamos planejado para este ano, tudo queimou. Nós, como pais, teremos que encontrar maneiras de alimentar nossos filhos. Onde vamos conseguir o dinheiro para apoiá-los? O que acontecerá com os territórios queimados?

Asunta Mancari, moradora da Chiquitanía, Bolívia.

Alguém veio queimar a casa dos isolados. Ele queimou o local onde estão os isolados e os animais selvagens, porque a floresta é uma casa que protege, dá vida, dá comida para eles, dá água. A região agora devastada pelo fogo está vazia. Não há vida. *Eami* (palavra Ayoreo que significa floresta) não fala mais conosco.

Aquino Picarenai, filho de Garaigosode, líder da comunidade de Campo Loro, Paraguai

Compartilhem esta mensagem ao redor do mundo, porque estamos aqui na Terra Indígena *Trincheira Bacajá*, ameaçada por madeireiros, pescadores, mineiros ilegais e agricultores que queimam muitas terras em *Trincheira Bacajá*, o que nos deixa muito tristes. Por isso, enviamos esta mensagem ao mundo: ajude-nos a preservar nossa natureza.

Rozivaldo, líder indígena, Brasil.

Apresentação

O Grupo de Trabalho Internacional para a Proteção dos Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial (GTI PIACI) tem o prazer de apresentar o **Informe Trinacional: Incêndios e Desmatamento em Territórios com Registros de Povos Indígenas em Isolamento, na Bolívia, no Brasil e no Paraguai**. O relatório que tem sido um enorme esforço coletivo para coletar informações em três países. Reunimos a valiosa experiência de organizações que trabalham na proteção de grupos que permanecem isolados e, para isso, acrescentamos o esforço comprometido de vários aliados que trabalham nessa questão há décadas.

O objetivo deste Informe é determinar os impactos dos incêndios registrados em 2019 para os Povos Indígenas Isolados (PIA) e seus territórios, com base em uma metodologia que incorpora três relatórios de situação local, nos quais as vozes dos povos que compartilham território com o PIA cumprem um papel central. Por meio de mapas, informações georreferenciadas e testemunhos diretos, este informe reconstrói os sérios eventos que ocorreram durante 2019 em vastas regiões da Amazônia e no Grande Chaco Sul-Americano. Para cada caso, a mesma metodologia foi usada para coletar informações e analisar a situação dos territórios locais ou nacionais.

Foram analisados 99 Territórios Indígenas (TI) com registros de PIA na Bolívia, no Brasil e no Paraguai, constatando-se em 2019, em comparação com 2018, um aumento de focos de calor na ordem de 258,25% na Bolívia, 259,28% no Brasil e 185,12% no Paraguai. Os focos de calor detectados nas 32 unidades de conservação (áreas protegidas) com presença de PIA em 2019, em comparação com 2018, tiveram um aumento de 744,38% na Bolívia, 347,87% no Brasil e 4.415% no Paraguai. Com as contribuições dos Informes Locais, uma análise geral foi realizada. As informações regionais e locais nos permitem elucidar uma imagem mais ampla, possibilita-nos projetar os riscos e ameaças imediatos aos povos indígenas isolados.

A relação desses povos com seus territórios é de total dependência. Eles obtêm todo o sustento alimentar de seus territórios, bem como a matéria-prima necessária para a preparação de sua cultura material. A relação com o território vai além do “físico”; É nele que os PIA encontram seu relacionamento espiritual com seus ancestrais e com os elementos que lhes permitem viver. A partir dessa relação milenar que os povos indígenas mantêm com os ecossistemas, um “conhecimento ecológico tradicional” incomparável é formado. A perda territorial, causada pelo desmatamento e incêndios, causa deslocamento em busca de locais mais seguros, mas traz outros perigos: abordagem involuntária às populações vizinhas e possível contágio de doenças. A situação é ainda mais complicada pela presença da Covid-19, uma pandemia cujo crescimento exponencial compromete seriamente a vida desses povos, a herança viva da América e da Humanidade.

Por fim, o Relatório Trinacional busca colocar sobre a mesa a necessidade urgente de estabelecer uma mobilização mundial em favor da proteção dos povos da Amazônia e do Gran Chaco. Com base no exposto, são estabelecidas recomendações específicas para os Estados, organizações multilaterais e sociedade civil, responsáveis por estabelecer estratégias de proteção adequadas contra o possível retorno de incêndios e desmatamento, que representam uma ameaça séria e constante para territórios e vidas dos povos indígenas em situação de isolamento e contato inicial.

1. Marco conceitual

1.1. Povos indígenas em situação de isolamento – PIA

Para este informe, adotamos o conceito de povos indígenas em situação de isolamento das “Diretrizes de Proteção para os Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial na Região Oriental de Paraguai” (ONU/OACNUDH – Fevereiro, 2012),¹ que se transcreve à continuação:

Os povos isolados são povos ou segmentos de povos indígenas que não mantêm contatos regulares com a população majoritária, e que também costumam evitar todo tipo de contato com pessoas alheias ao seu grupo.

1.2. Território

O conceito de território ganhou importância principalmente a partir da década de 1960, quando surgiram as primeiras abordagens mais específicas e cientificamente sistematizadas sobre o tema. Como consequência da sua grande amplitude, tem sido objeto de múltiplas abordagens, começando pela biologia, mostrando o território animal; transitando pela sociologia, que trata, sobretudo, da sua construção com base nas relações sociais; pela antropologia, chamando a atenção acerca da sua dimensão simbólica com base no estudo de comunidades tradicionais; pela ciência política, ressaltando o território do Estado; pela economia, colocando-o como base para a produção; e pela psicologia, que acrescenta os fatores abstratos na procura da identidade por parte do indivíduo / da coletividade (HAESBAERT, 2009).²

O conceito de território/territorialidade está intimamente ligado às dimensões políticas, econômicas, culturais ou naturais, simbólicas e históricas de cada país/povo. Quando se fala de território indígena, ressalta-se a diversidade de leituras e elementos culturais que estão em jogo nas experiências de ocupação e gerenciamento territorial indígenas.

Adotaremos o mesmo conceito apresentado no documento “Corredor Territorial Indígenas en Aislamiento y Contacto Inicial Pano, Arawak y otros - Diagnóstico y fundamentos antropológicos”, publicado em 2015 pela “Plataforma de organizaciones indígenas para la protección de los pueblos en aislamiento y contacto inicial de Perú”.³

Para os povos indígenas o território está constituído pelo conjunto de elementos materiais e subjetivos que o compõem e com os quais estabelecem um vínculo histórico, geográfico, ecológico, econômico, cultural, social, simbólico e político.

1.3. Vulnerabilidades

Neste documento, a vulnerabilidade será abordada nos seus múltiplos aspectos: socio-cultural, territorial, epidemiológico, político e demográfico.

É fundamental enfatizar que a vulnerabilidade é uma condição (associada aos fatores condicionantes envolvidos) e que, consequentemente, os PIA estão em condição de vulnerabilidade extremada diante do contexto que lhes impõe a sociedade não indígena. Dentre os condicionantes, chamamos a atenção para a dimensão “institucional”, associada com as políticas de desenvolvimento implementadas na região, as quais, vinculadas a iniciativas autônomas e/ou ilícitas, constituem-se em

1 Disponível em: <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/03/Final-version-Guidelines-on-isolated-indigenous-peoples-february-2012.pdf>. Acesso em 27 de março de 2019.

2 HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.seer-adventista.com.br/ojs/index.php/formadores/article/viewFile/455/419> Acesso em: 08 março 2019.

3 HUERTAS, Beatriz. **Corredor Territorial Indígenas en Aislamiento y Contacto Inicial Pano, Arawak y otros - Diagnóstico y fundamentos antropológicos**, publicado em 2015 pela “Plataforma de organizaciones indígenas para la protección de los pueblos en aislamiento y contacto inicial de Perú”.

vetores que, de modo crescente, põem os PIA em situação de vulnerabilidade.

Nessa perspectiva, a vulnerabilidade gera uma dinâmica de interdependências recíprocas que expressam valores multidimensionais, biológicos, existenciais e sociais. Uma situação de vulnerabilidade limita as capacidades relacionais para adquirir sustentação no mundo, inclusive as formas de agenciamento social, o qual propicia a fragilidade.⁴

*Grau de suscetibilidade das pessoas ou grupos a problemas e danos que ameaçam suas condições de vida e podem manifestar-se nas dimensões sociocultural, territorial, epidemiológica, política e demográfica.*⁵

Para a elaboração dos informes locais sobre queimadas e desmatamento nos países, adotamos os seguintes conceitos:

1.4. Fogo ativo

Representa um pixel onde foi detectada uma anomalia termal (chama de fogo, vulcão em erupção, chaminé de fábricas) durante a passagem do satélite. No Brasil, o dado é popularizado como foco de calor e é divulgado e processado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe.

1.5. Área Queimada

Ao contrário do dado de fogo ativo, que é pontual, este tipo de dado representa a superfície atingida por fogo. Usualmente é delimitado a partir do resultado do imageamento por satélite, mas também pode ser aferido em atividades de campo.

1.6. Pixel

Menor unidade de uma imagem de satélite.

1.7. Imagem de satélite

Resultado de uma fotografia de uma porção da superfície da Terra, registrada por um satélite.

2. Introdução

A decisão de alguns grupos indígenas ou partes deles, de optar pelo isolamento, com independência das motivações, é uma manifestação da sua autodeterminação. O direito dos PIA de permanecerem isolados é uma prerrogativa da sua autodeterminação, reconhecido pela Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP), pela Declaração da Organização dos Estados Americanos (OEA) e pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O Alto Comissariado das Nações Unidas pelos Direitos Humanos (ACNUDH) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH/OEA), levando em consideração as especificidades dos Povos Indígenas em Situação de Isolamento (PIA), estabeleceu instrumentos específicos⁶ que reafirmam a autodeterminação, assim como a necessidade dos Estados de definir políticas diferenciadas que reconheçam os direitos fundamentais dos Povos Indígenas em Situação de Isolamento e Contato Inicial (PIACI).

4 OVIDEO, Rafael Antônio Malagón e CZERESNIA, Dina. **O conceito de vulnerabilidade e seu caráter biossocial**. Botucatu: Interface, 2014.

5 VAZ, Antenor. **Diagnóstico Institucional** – Grupos Indígenas Isolados e de Recente Contato no Brasil. Programa Marco Estratégico para os Povos Indígenas Isolados e Contato Inicial. OTCA, 2013.

6 ONU - **Directrices de protección para los pueblos indígenas en aislamiento y en contacto inicial de la región amazónica, el Gran Chaco, y la región oriental de Paraguay**. Resultado de las consultas realizadas por ACNUDH en la región: Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú y Venezuela. Disponível em: <https://acnudh.org/load/2019/07/015-Directrices-de-Protección-para-los-Pueblos-Ind%C3%ADgenas-en-Aislamiento-y-en-Contacto-Inicial-de-la-Región-Amazónica-el-Gran-Chaco-y-la-Región-Oriental-de-Paraguay.pdf>. Acesso em: 04 maio 2020.

OEA - Pueblos indígenas en aislamiento voluntario y contacto inicial en las Américas: Recomendaciones para el pleno respeto a sus derechos humanos / Preparado por la Relatoría sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/indigenas/docs/pdf/informe-pueblos-indigenas-aislamiento-voluntario.pdf>. Acesso em: 4 maio 2020.

É importante assinalar que o dia a dia dos PIA está marcado por numerosas ameaças que os colocam, na sua grande maioria, em uma situação de fuga permanente e de desesperação. Para esses povos, território, natureza, espaço, tempo, matéria e espiritualidade são indissolúveis. Reciprocidade e “parentesco” coexistem simultaneamente nos ecossistemas (territorialidade) e mantêm uma relação com todos os “seres vivos” do seu entorno, na medida em que configuram um fator predominante de qualidade de vida, autodeterminação, autossuficiência, continuidade do sistema social sustentável e manutenção da saúde física e psicossocial dos povos mencionados.

Os PIA se movimentavam nos seus territórios originários, conhecidos por eles e por seus antepassados. Esses povos têm resistido às fronteiras criadas pelos Estados. Percebem e vivenciam seus efeitos. Alteram sua relação / domínio territorial, criam novas estratégias de sobrevivência, insistem, resistem e persistem. Tornam-se “visíveis” apesar dos persistentes empenhos por afirmar a sua inexistência.

Para os PIA, as fronteiras, criadas inviolavelmente pelos processos de (neo)colonização e usurpação da terra, são posteriores ao seu domínio territorial originário. Hoje vivem a amarga ação de uma matriz geopolítica e socioeconômica que os impulsiona a se exporem a riscos constantes, deflagrados pelos atores que constroem o modelo global de desenvolvimento. Esse perverso modelo transforma os PIA em povos submetidos a alta vulnerabilidade.

A consideração particular da situação dos povos indígenas em isolamento está vinculada à especial vulnerabilidade a que estão expostos. Outros fatores da vulnerabilidade representam a ausência de memória imunológica diante de infecções externas, a frag-

mentação dos seus territórios tradicionais, a situação transfronteiriça de muitos deles ou a debilidade das instituições estatais encarregadas da sua proteção, *inter alia*.

Além de todos esses impactos causados pela colonização, em 2019 os PIA da Bolívia, do Brasil e do Paraguai foram submetidos a uma onda de incêndios e desmatamentos sem precedentes em seus territórios, a qual exige soluções diferenciadas que não podem ser abordadas apenas sob a perspectiva das normas locais e internacionais estabelecidas para povos indígenas com história de contato.^{7 e 8}

O Informe Queimadas Local do Paraguai (IQL Py 2020), elaborado pela Iniciativa Amotocodie (IA), apresenta importantes relatos de indígenas Ayoreo acerca dos efeitos das queimadas sobre os Povos Indígenas em situação de Isolamento (PIA):

Aquino Picanerai, líder da comunidade Campo Loro, filho de um grande líder Garaigoso-de, comentou ao percorrer o espaço incendiado: *“Isto significa que alguém veio queimar a casa dos isolados. Queimou o lugar onde estão isolados e os animais silvestres, porque a floresta é uma casa que protege, que dá vida, que dá alimentos para eles, dá água”*.

A região hoje devastada pelo fogo está vazia. Não há vida. “Eami⁹ não fala mais conosco”, disseram os anciões e as anciãs quando viram seu território arrasado pelos incêndios. Essas palavras assinalam o desencontro com Eami, um fato que os situa em um estado de consciência de uma nova realidade, da qual foram autoexpulsos de Eami, com o sentimento de estar fora dela.

Mais ou menos em 2 anos, de acordo com as estimativas dos sábios Ayoreo, a região começará a se regenerar, desde que os que zombam [daquela forma de vida] a deixem em paz. Depois de 60 ou 70 anos a região poderia vol-

7 Para mais informação, veja-se: Vaz, Antenor, Pueblos indígenas en aislamiento: territorios y desarrollo en la Amazonía y el Gran Chaco. Informe regional, 2019. Disponível em: <http://landislife.org/wp-content/uploads/2019/10/Land-is-life-25-septiembre-2019.pdf>. Acessado em 09 de maio de 2020.

8 Utilizamos a expressão “povos indígenas com história de contato” para diferenciar os povos indígenas que mantêm contato regular ou esporádico com a população não indígena dos povos indígenas em situação de isolamento (PIA).

9 Eami é uma palavra Avoreo que faz referência à floresta onde eles moram. É o universo dos Avoreo.

tar a ter algo parecido com o que tinha sido há uns poucos meses. Assim, os isolados não irão vir por aqui durante muito tempo. “Agora deverão procurar espaços para caçar e coletar; algumas dessas áreas não estão longe de Garai, porém também os arredores estão com poucos recursos porque há muita fumaça e medo de incêndio”, afirmava Mateo Sobode.

Carlos Diri Etacore, líder da comunidade Ijnapui, recebeu informação dos trabalhadores da área da Linha 1, que viram alguns “índios nus” cruzando o mencionado caminho em direção ao sul. “Acredito que estejam indo para o sul da Linha 1, em direção à região de Florida ou Toro Pampa, com base nos relatórios que temos de pessoas que viram os isolados atravessando essa rota que vai para Baía Negra”. Essa constatação corresponde a 24 de agosto de 2019.

Os experientes Ayoreo afirmam que, apesar de ter havido uma destruição total da região Garai, é difícil que, atualmente, os isolados fiquem longe dali por muito tempo. Nas palavras de Pebi Juumini, presidente da Associação Garaigosode do Paraguai: “Não é fácil ir a outros territórios porque há outros perigos, há outros índios, outros grupos, há aqueles que zombam [dessa forma de vida] e tudo isso é perigoso. Uma possibilidade é a de terem ido para o leste de Chovoreca, mais no rumo de Baía Negra. Isto é assim também porque nas histórias do meu povo, no passado, quando houve algumas queimadas ou incêndios, as pessoas não iam na direção contrária ao fogo, não fugiam do fogo, e sim se dirigiam para os lados”.

Nesse cenário, as principais situações de risco que enfrentam os Ayoreo isolados são a possibilidade de um contato não desejado ou o contágio de doenças contra as quais não possuem imunidade. Por essa razão, nesses dias foi divulgada, nas redes sociais, uma série de recomendações para que os povoadores da região de Chovoreca mantenham a calma e ajam corretamente em situações de aproximação de grupos isolados, respeitando sempre o princí-

pio de não contato no caso de avistar ou mesmo de aproximação dos mesmos.

É impossível se fazer uma ideia das decisões que tomam os isolados ao desenvolverem sua vida na floresta. De acordo com as referências históricas, sabe-se que o grupo pode se dividir em duas ou mais partes por razões de sobrevivência, em benefício da agilidade na movimentação ou pela situação da crise.

O Informe Queimadas Trinacional (IQT) é uma iniciativa do Grupo de Trabalho Internacional de Proteção aos Povos Indígenas em Situação de Isolamento e Contato Inicial (GTI PIACI). Surgiu da necessidade de quantificar e qualificar os efeitos das queimadas sobre os PIA na Bolívia, no Brasil e no Paraguai, países que apresentaram altos índices de queimadas em 2019, quando comparados com o histórico dos anos anteriores.

A partir dos três Informes Queimadas Locais (IQLs), elaborados por organizações indígenas e aliadas da Bolívia, Brasil e Paraguai¹⁰, foram sistematizadas informações, tendo como base uma metodologia pactuada *a priori*. A leitura indispensável e complementar de cada um desses informes apresenta dados criteriosos sobre desmatamentos e focos de calor que incidiram sobre os territórios com registros de PIA.

2.1. Origem das queimadas

As queimadas ocorridas na Bolívia, no Brasil e no Paraguai têm origem na relação predatória que os Estados estabelecem com a terra. Segundo especialistas, no Brasil, essas queimadas na Amazônia são uma questão política:

“Não teve nada de natural nesses incêndios. Ainda que tivesse surgido um foco, não seria da dimensão que acabou ocorrendo. Isso mostra que, de certa maneira, parte da população, especialmente as camadas mais abastadas que têm na terra fonte de riqueza, acabou sendo estimulada a atear fogo na flo-

10 **Bolívia:** Central de Comunidades Indígenas Tacana II - Rio Madre de Dios (CITRMD), elaborado por Adamo A. Diego Cusi e Agustin Moy Yubánure; **Brasil:** Coordenação das Organizações indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), elaborado por Ananda Santa Rosa; **Paraguai:** Iniciativa Amotocodie (IA), elaborado por Miguel Angel Alarcón, Luis María de la Cruz, Jieun Kang e Miguel Lovera.

resta, e as consequências a gente está verificando agora”.¹¹

Os Informes Queimadas Locais (IQLs) da Bolívia (IQLBo), do Brasil (IQLBr) e do Paraguai (IQLPy) apresentam um farto material com referências às origens e à relação dos povos indígenas com as queimadas, bem como as peculiaridades do uso do fogo por esses povos.

O Informe Queimada Local Bolívia (IQLBo) apresenta um conjunto de informações acerca das ações do Estado que promovem o crescimento da fronteira agrícola, sem o devido acompanhamento de uma política de conservação:

A utilização do fogo é iniludível na América, e para manejá-lo é preciso diferenciar a queima por “chaqueo tradicional” da “queima controlada”¹² para a agricultura ou a habilitação de um “chaco”, com fins de autoabastecimento, em uma média inferior a três hectares; e a “queima por desmatamento mecanizado para a agroindústria ou a agropecuária”, com maquinarias e queimas de terrenos de até 50 ou 100 ha., relacionados com a extensão da fronteira agrícola e que estão destinados a satisfazer interesses do mercado ou da exportação de matérias-primas. Nos casos em que ocorre sem inspeção e em condições adversas, produz INCÊNDIOS FLORESTAIS que, fora de controle, destroem tudo

o que fica no caminho. Em 2019, os incêndios florestais na Bolívia foram qualificados como de sexta geração; esse fenômeno acontece com chamas de grande voracidade, que podem chegar a consumir mais de 4000 ha por hora (Castellnou, M. 2018), e são únicos no continente.

Leis que promovem o crescimento da fronteira agroindustrial.

De fato, não há uma política clara de conservação, nem iniciativas para substituir as atividades extrativas, nem para cuidar dos efeitos socioambientais negativos (Gudynas, 2015), nem para promover um aumento da produtividade por hectare, que é decisiva para reduzir os níveis de desmatamento. Até 10 de novembro de 2019, o ex-governo do Movimento ao Socialismo (MAS) vinha apoiando o enclave de colonização com infraestrutura e inversão pública,¹³ no intuito de conter a expansão da fronteira agrícola nos territórios indígenas e nas áreas protegidas da Amazônia, o Gran Chaco e o Cerrado brasileiro ou a Chiquitania, lugares nos quais foi identificado 90% da dotação de terras pelo INRA, de acordo com Rojas (2019, no prelo), Costa e Oloña (Mongabay, 2019), entre outros.

E introduz um pacote de mudanças legais, tal como a Lei 741 de 2015, que autoriza o desmatamento de 20 hectares para propriedades particulares e comunitárias. O Decreto Supremo (DS) 26075 estabelece: “Nos departa-

11 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/28/queimadas-na-amazonia-nao-sao-naturais-e-tem-impacto-global-afirma-pesquisador/>. Acesso em: 03 maio 2020.

12 Chaqueo tradicional: prática de povos indígenas de terras baixas e um calendário que acompanha a semeadura, observando a roça de pastagens e o corte de troncos nos meses de março a julho, e uma vez que o material florestal se integra no solo, em outubro, se faz a queimada depois da primeira chuva, e a semeadura ocorre com as precipitações de novembro e dezembro. Queima controlada: prática de queima voluntária em uma superfície definida, que deve ser isolada de tal forma que o fogo produzido não possa ultrapassar o terreno a ser queimado. O procedimento exige a construção de corredores corta-fogo nos limites da área, limpar a vegetação e todo o material combustível nos corredores de uma largura prudente. Sempre alertar! O dono do terreno deve alertar os vizinhos adjacentes sobre a queimada. Cuidado! Não fazer queimadas quando há ventos fortes e temperaturas elevadas. Ter à mão a ajuda que possa se precisar: uma boa quantidade de pessoas treinadas e as ferramentas necessárias para o controle da queimada, vigiando para que o fogo não se propague, cuidando até a extinção total do fogo, além de eliminar os focos que poderiam reacender. Programar as queimadas: far-se-á com os responsáveis do território disposto para o “chaqueo” e quando autorizado pela Unidade Florestal Municipal (UFM), uma vez que a Superintendência Florestal derive a função a essas unidades. Não danificar o solo! Levar em conta a frequência, duração e intensidade da queimada para evitar que o solo seja danificado. (Quanto mais grosso for o material queimado, maiores são os prejuízos provocados ao solo.)

13 Infraestrutura e inversão em empresas públicas que podem ter consequências nas florestas e na biodiversidade são, p. ex., o engenho açucareiro de San Buenaventura, a fábrica de papel em Chapare, as diversas centrais hidroelétricas localizadas em afluentes do Amazonas, parques e territórios indígenas, e a investigação e exploração de hidrocarbonetos, intensificando e expandindo as atividades extrativistas (petroleira, energéticas, agrícolas e minerais) (Campanini, 2014; Gómez, 2018; Mckay, 2018).

mentos de Santa Cruz e Beni fica autorizado o desmatamento para atividades agropecuárias em terras particulares e comunitárias, que estejam enquadradas no gerenciamento integral sustentável de florestas e terras (...). Nos dois departamentos permite-se a queima controlada, de acordo com a regulamentação vigente, nas áreas classificadas pelo Plano de Utilização do Solo (PLUS) que assim o permitam.” E antes de 10 de julho de 2019, os “chaqueos” e os desmatamentos só estavam autorizados de forma exclusiva para terras particulares e somente no departamento de Santa Cruz. Aprovou-se o DS 3973, modificou-se o artigo 5 do DS 26075 e autorizaram-se as queimadas controladas em terras particulares e comunitárias de Santa Cruz e Beni.

Por fim, sem o setor indígena, a governação de Beni (com uma postura coincidente com o ex-governo) promulgou em 27 de novembro de 2019 o Plano de Utilização do Solo do departamento de Beni, 2019, que expõe ao desmatamento 10 milhões de hectares para “terras agropecuárias”. Esse instrumento alterou a utilização do solo, autorizando hoje, por novos procedimentos, os sistemas extrativos. Os territórios indígenas, “sem nenhuma consulta” e unicamente com a solicitação das suas autoridades, poderão participar do PLUS. Para submeter as Áreas Protegidas sem Planos de Gerenciamento a uma nova categorização e delimitação, quando isso for necessário, bastará o diagnóstico. Nas zonas úmidas existentes ficam autorizados os cultivos estacionais no verão, com espécies adaptáveis e aplicando medidas quanto à utilização de agroquímicos de acordo com a vida silvestre. E substituem o termo “Desenvolvimento duradouro” (ou conservar os recursos para gerações futuras) pelo de “Sustentável” (ou de produtividade mais elevada do ambiente). Esses direitos sobre a terra são autorizados pela Comissão Agrária Departamental ou pela autoridade departamental competente (PLUS BENI 2019). Para indígenas e

camponeses não é considerada a dependência econômica real (70%) com relação a florestas vivas (para coletar recursos madeireiros, não madeireiros e outros), presente ano após ano (ILBo-2020).¹⁴

No Brasil, por iniciativa do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, constatou-se em 2019 uma articulação criminosa “orquestrada para incendiar pontos da floresta”, que ficou conhecida como o “Dia do Fogo” (10 de agosto de 2019). Segundo matéria da BBC Brasil: “A primeira notícia sobre ele [Dia do Fogo] foi publicada no dia 5 de agosto pelo jornal Folha do Progresso, da cidade paraense de Novo Progresso, a 1.194 quilômetros da capital do Estado, Belém”. A reportagem relatava uma conversa com uma liderança dos produtores rurais da cidade, sem identificá-lo. Ele prometia promover incêndios florestais no dia 10. “(Os produtores) querem o dia 10 de agosto para chamar atenção das autoridades (...). Na região, o avanço da produção acontece sem apoio do governo. ‘Precisamos mostrar para o presidente (Jair Bolsonaro) que queremos trabalhar e o único jeito é derrubando. Para formar e limpar nossas pastagens é com fogo’, dizia o texto.”¹⁵

Em matéria do Globo,¹⁶ a iniciativa ilícita foi descrita da seguinte forma:

“A ação criminosa que ficou conhecida como ‘Dia do Fogo’ após notícia de que houve combinação para incêndios florestais nos municípios de Altamira e Novo Progresso, sudoeste do Pará, nos dias 10 e 11 de agosto deste ano, foi combinada ao menos em três grupos de mensagens. A informação dada pela revista Globo Rural foi confirmada nesta quarta-feira (23), ao G1, pelo delegado da Polícia Federal em Santarém, Sérgio Pimenta: ‘(...) no ano passado [2019], a seca sozinha não

14 Dados fornecidos por Vincent Vos em reunião plenária sobre o Novo Plano de Utilização de Solos de Beni 2019 mencionam a grande dependência da vida do habitante de Beni com relação às florestas para o uso de madeiras, das castanhas, da borracha e de outros produtos florestais não madeireiros.

15 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49453037>. Acesso em: 09 maio 2020. Ver também: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/fazendeiros-e-empresarios-organizaram-dia-do-fogo-apon-tam-investigacoes.shtml>. Acesso em: 09 maio 2020.

16 Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2019/10/23/dia-do-fogo-foi-combinado-em-grupos-de-mensagens-revela-policia-federal.ghtml>. Acesso em: 09 maio 2020.

explicou a alta das queimadas, a despeito do que sugeriu o governo federal na época, pois o volume médio de chuvas foi normal para o período. O elemento agudo foi o desmatamento crescente: os primeiros oito meses de 2019 apresentaram uma elevação de 92% da taxa em relação ao mesmo período de 2018, segundo dados do Deter. “A Amazônia é uma floresta úmida e não pega fogo naturalmente. O fogo ali tem dono, e ele se chama homem”, explica a pesquisadora Ane Alencar, diretora de Ciência do IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia).”

O Informe Queimadas Local Paraguai (IQLPy, 2020) esclarece:

Normalmente os incêndios florestais e de campos no Chaco paraguaio ocorrem nos meses entre agosto e outubro, com maior incidência entre meados de agosto e meados de setembro.

A origem desses fogos é, na sua totalidade, antropogênica, já que o fogo é utilizado de modo costumeiro para o controle dos terrenos de pastagem, fazendo uso da prática da “queima controlada” de campos, realizada com o intuito de facilitar o crescimento da folhagem nas áreas de pastagem, conservando assim as condições nutricionais e de palatabilidade. Essa prática tradicional, mesmo que sempre tenha impactos significativos para a biodiversidade e para o meio ambiente em geral, tem sido aplicada em áreas delimitadas a ambientes dominados por formações naturais, tanto topográficas quanto vegetais que são determinantes na paisagem, fazendo com que a disponibilidade do material combustível e as condições de umidade, ventos e espaço de expansão estejam subordinados à capacidade de contenção dos ecossistemas existentes no âmbito rural produtivo. Vale ressaltar que essa técnica era originalmente aplicada em pradarias e savanas naturais.

No âmbito da criação de gado na região do Chaco verifica-se um processo de “savanização” de ambientes de mato e de florestas, derivado da adoção de práticas que se distanciam dos parâmetros quantitativos e qualitativos que compõem o “equilíbrio” ambiental nos sistemas tradicionais, perdendo-se a capacidade humana de controle das queimadas e a capacidade natural de limitar os incêndios em circunstâncias nas quais é transferida a prática das queimadas a ambientes não adequados ao fogo, como é o caso das pradarias e das savanas. No contexto do sistema tradicional, composto principalmente por espécies de gramíneas na-

tivas, a biomassa combustível disponível normalmente é de rápida combustão e escasso potencial de armazenagem de temperatura, o qual cria processos de ignição efêmeros ou quase fugazes, com poucas probabilidades de expansão em direção a outros tipos de vegetação de maior densidade. (IQLPy-2020)

Em 2019 os incêndios adquiriram uma insólita intensidade e extensão devido a que de janeiro a maio a região experimentou um período extraordinário de chuvas que poucas vezes tinha ocorrido, nos tempos que a região vem suportando as pastagens e o desmatamento atuais. Essa circunstância suscitou um acréscimo da biomassa, principalmente das pastagens implantadas, de modo que o seu volume tem gerado um crescimento da mesma de até 50%. Depois das abundantes chuvas foram registrados meses de seca, calor e ventos de uma intensidade superior ao normal. Esses fatores determinaram que as queimadas de manejo a que habitualmente as pastagens são submetidas tenham fugido totalmente ao controle. A imprudência daqueles que as praticam tem aumentado a efetiva dispersão dos incêndios iniciados em toda a geografia do Paraguai e não somente no Chaco, mesmo que seja no Chaco onde os incêndios ganham enormes dimensões que, até hoje, abrangem aproximadamente 360.000 ha devastadas. (IQLPy-2020)

À continuação, apresentaremos de forma breve a informação sobre PIA na América do Sul; a metodologia utilizada para a análise dos incêndios na Bolívia, no Brasil e no Paraguai e, finalmente, a análise trinacional dos efeitos dos incêndios nesses povos.

3. Os pia na América do Sul

As metodologias, diferenciadas por país, para coletar informações sobre PIA são obtidas e sistematizadas por meio de pesquisas documental e em campo; relatos de viajantes e missionários; entrevistas com população (indígenas e não indígenas) que vive no entorno ou compartilha territórios habitados pelos PIA (inclusive relatos daqueles que promovem ações ilícitas); sobrevoos; informes oficiais de instituições públicas; relatos de antropólogos e publicações científicas; informações bibliográficas; expedições de localização em campo, organizadas para esse fim e um amplo uso de novas tecnologias vinculadas ao sensoriamen-

to remoto (imagens de satélites de alta resolução), entre outros métodos.

Nos oito países da América do Sul com registros de PIACI, não existe uma única nomenclatura para designar a existência de um determinado povo (etnia ou grupo) em situação de isolamento. Os diferentes países usam ‘referência’, ‘registros’, ‘informação’, etc.

Neste informe utilizaremos ‘registros’ e suas derivações. Como descreve Amorim (2016)¹⁷ para o órgão indigenista oficial brasileiro, Fundação Nacional do Índio – Funai, os registros sobre a existência de um determinado PIA, em uma determinada região:

(...) visam constituir acervo de dados georreferenciados, devidamente qualificados e sistematizados, sobre as dinâmicas de uso e ocupação e características socioculturais desses povos, sem a necessidade de intervenções de contato.

Em nível administrativo, os dados coletados em campo são organizados e atrelados a “registros” previamente existentes no banco de dados da Funai (...). O “registro” é considerado a unidade base no processo de sistematização de dados sobre o reconhecimento institucional da existência de povos indígenas isolados. Em termos gerais, o “registro” vincula-se à região, ou referências geográficas, onde possivelmente ou comprovadamente há a presença de povos

ou grupos indígenas isolados, sendo atribuído ao registro um número identificador. (...).

*Os registros são classificados conforme a disponibilidade e estágios de sistematização de dados sobre sua presença: i) **Registro de Informação**, quando se dispõe de dados provenientes de terceiros, sistematizados ainda de forma incipiente e/ou com um acervo pequeno de dados; ii) **Registro de Referência em Estudo**, quando se dispõe de um acervo contundente de dados qualificados e sistematizados, necessitando a realização de expedições em campo para o aprofundamento das informações, investigação de vestígios e constatação de sua presença; e iii) **Referência Confirmada**, quando o Registro de Referência em Estudo foi verificado e a presença dos isolados comprovada em campo, através da localização de indícios irrefutáveis, por meio de expedições e sobrevoos realizados pelas equipes da Funai capacitadas para tal. (...)*

Em relação às estimativas da existência de povos indígenas em situação de isolamento nas regiões da Amazônia e do Gran Chaco da América do Sul,¹⁸ no *Informe Regional* foram sistematizados os dados existentes em 2005 e 2019. Em 2005, foi realizado em Belém (Estado do Pará, Brasil) o primeiro Encontro Internacional sobre “Povos Indígenas em Situação de Isolamento da Amazônia e do Gran Chaco”¹⁹. Naquela ocasião, a sistematização oferecia o panorama a seguir:

-
- 17 Amorim, Fabrício Ferreira. **Povos indígenas isolados no Brasil e a política indigenista desenvolvida para efetivação de seus direitos:** avanços, caminhos e ameaças. In: Revista Brasileira de Linguística Antropológica. 2016.
- 18 É importante ressaltar que, em nível regional, não existe uma metodologia única para a sistematização de registros dos PIA. Observe-se que em alguns países o registro é feito por etnia, em outros, o registro é contabilizado por “localidade/região”, ou seja, uma mesma etnia pode estar registrada mais de uma vez, devido a que se constataria a evidência em diferentes regiões simultaneamente.
- 19 Organizado em Belém, Pará (Brasil), de 08 a 11 de novembro de 2005, pela Coordenação Geral de Índios Isolados da FUNAI e pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI), que têm suas sedes em Brasília. Nesse encontro, o consultor Vincent Brackelaire apresentou o documento “Diagnóstico regional de la situación de los últimos pueblos indígenas aislados en América Latina (Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú, Venezuela)”. Posteriormente, em 2006, tendo incorporado os resultados do encontro, o autor apresentou uma segunda versão do documento: “Situación de los últimos pueblos indígenas aislados en América Latina (Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú, Venezuela) – Diagnóstico regional para facilitar estrategias de protección”. Disponível em: http://jasyrenyhe.com/fobomade/wp-content/uploads/sites/10/2016/11/Situacion_pueblos_ind%C3%ADgenas_aislados2006.pdf. Acesso em: 08 maio 2020.

Tabela 1. PIA na Amazônia e Gran Chaco (até 2005)

País / Registros PIA - 2005						
Bolívia	Brasil	Colômbia	Ecuador	Paraguai	Peru	Venezuela
Confirma- dos:05	Confirma- dos:20	Confirma- dos:01	Confirma- dos:02	Confirma- dos:02	Confirma- dos:20	Confirma- dos:01
Por confir- mar: 03	Por confir- mar: 28	Por confir- mar: 00	Por confir- mar: 01	Por confir- mar: 00	Por confir- mar: 00	Por confir- mar: 00
2005 – TOTAL - 84						
PIA confirmados: 51						
PIA por confirmar: 33						

Según los datos recabados para la reali- zación del *Informe Regional* (2019)²⁰, el pano- rama resumido referente a los registros de presencia de PIA era el siguiente:

Tabela 2. PIA na Amazônia e Gran Chaco (até 2019)

País / Registros PIA - 2019						
Bolivia	Brasil	Colombia	Ecuador	Paraguai	Perú	Venezuela
Confirma- dos:02	Confirma- dos:28	Confirma- dos:02	Confirma- dos:03	Confirma- dos:02	Confirma- dos:26	Confirma- dos:03
Por confir- mar: 07	Por confir- mar: 86	Por confir- mar: 16	Por confir- mar: 04	Por confir- mar: 05	Por confir- mar: 00	Por confir- mar: 01
2019 – TOTAL - 185						
PIA confirmados: 66						
PIA por confirmar: 119						

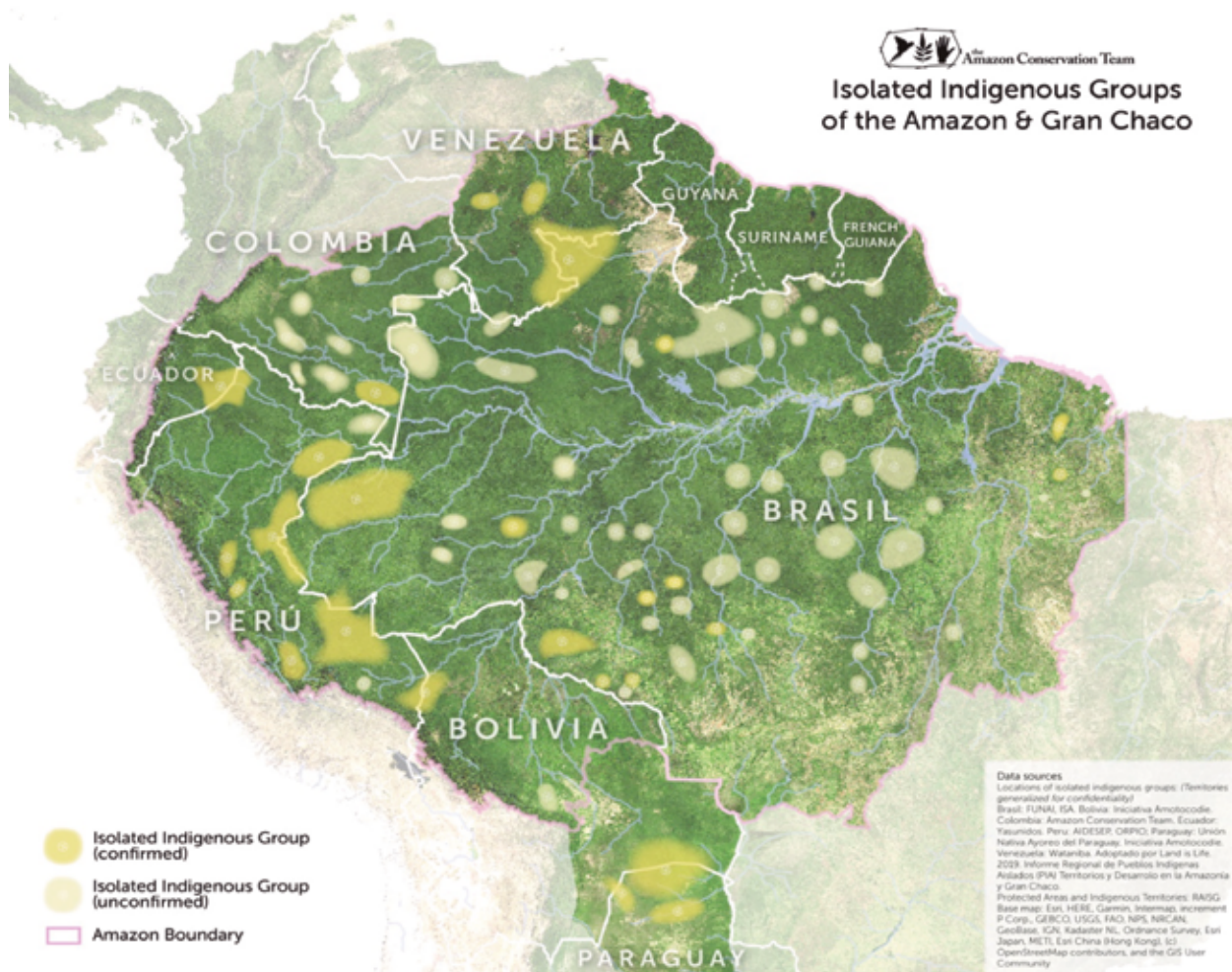
Assim, no período compreendido entre 2005 e 2019 constatam-se avanços na confirmação de PIA (de 51 registros confirmados em 2005 a 66 em 2019) e em registros de PIA por confirmar (de 33 registros em 2005 a 119 em 2019).

No total, os valores saltaram de 84 para 185 registros de PIA na América do Sul, distri-

buídos ao longo dos biomas Amazônia, Cerrado e Gran Chaco. Apesar do avanço no monitoramento e da quantificação dos registros, ainda é precária a estrutura das políticas públicas protetivas para os PIA, devido às inúmeras intervenções, lícitas e ilícitas, que sofrem tanto em seus territórios como nas adjacências.

20 Vaz, Antenor. 2019. Pueblos indígenas en aislamiento: territorios y desarrollo en la Amazonía y el Gran Chaco [‘Informe regional’]. Disponível em: <http://landislife.org/wp-content/uploads/2019/10/Land-is-life-25-septiembre-2019.pdf>. Acesso em: 08 maio 2020.

Mapa 1. Registros dos PIA na América do Sul (2020).
Elaborado por: ACT Colômbia.



4. Conhecimento ecológico tradicional e tipos de queimadas na Bolívia, no Brasil e no Paraguai

4.1. Conhecimento Ecológico Tradicional

As queimadas, para fins de manejo tradicional, utilizando técnicas milenares, sempre foram constantes entre os povos indígenas da América do Sul. No entanto aquelas ocorridas em 2019 na Bolívia, no Brasil e no Paraguai, não têm qualquer relação de natureza tradicional.

Para os povos indígenas (com história de contato), o fogo pode ser compreendido de forma diferente do pensamento ocidental

atual. Para Pedro Paulo Xerente, gerente das brigadas Xerente do Programa de Brigadas Federal do PrevFogo²¹, o fogo:

“(...) é vida também. É por meio do fogo que se faz a roça, que se produz o fruto que vira alimento e depois matéria orgânica, que alimenta o solo. É o fogo que faz a vida acontecer”. [...] “No início da temporada de seca, os velhos contam onde [deve] queimar, o que queimar e quando queimar. Isso pode influenciar na frutificação das árvores, por exemplo”.

O texto escrito por Tarcísio da Silva Santos Júnior, Jair Catabriga Candor e Ana Suely Arruda Câmara Cabral, “Uso de recur-

21 Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. Mais informações estão disponíveis em: <https://www.ibama.gov.br/incendios-florestais/prevfogo> Acesso em: 04 maio 2020.

tos naturais pelos Índios Piripkura^[22] no Noroeste de Mato Grosso [Brasil]: uma análise do Conhecimento Ecológico Tradicional no contexto da política expansionista do Brasil na Amazônia Meridional” publicado na Revista Brasileira de Linguística Antropológica (V.8, n.2, 2016)²³ será referenciado, neste Informe Queimadas Trinacional para apresentar a complexa e indissolúvel relação dos povos indígenas em situação de isolamento com seu território.

A relação dos PIA com seus territórios é de total dependência. É dessas áreas que retiram todo o seu sustento alimentar, bem como toda a matéria-prima necessária para confecção de sua cultura material. A relação com o território vai além do ‘físico’, é nele que encontram sua relação espiritual com seus ancestrais, com a fauna, com a flora e com todos os minerais nele existentes. Dessa relação milenar que os povos indígenas têm com o ecossistema, conforma-se um “conhecimento ecológico tradicional”²⁴ (CET) ímpar.

Segundo Santos Júnior *et al* (2016), este CET envolve o conhecimento do espaço geográfico, a localização dos recursos naturais, assim como as interações bióticas e abióticas entre os recursos da fauna e da flora e destes com o ambiente físico (clima, hidrografia, relevo e solos):

A compreensão deste espaço na perspectiva do funcionamento do ecossistema para se obter os recursos necessários à sobrevivência – por exemplo, saber se um fruto é palatável, onde se encontra localizado e quando vai estar disponível para consumo – demanda, entre outros, observação, experimentação, aprendizado e transmissão de conhecimento (Berkes, Folke and Gadgil 1995). Esta sequência de ações necessita de repetições, o que somente ocorre quando um grupo de pessoas se estabelece em determinado lugar, como tem sido o caso dos Kawahíwa, com respeito ao seu território tradicional (Menendez 1992).

O CET dos PIA, como esclarece:

(...) se desenvolve no ecossistema e se baseia na coevolução temporal e espacial de práticas de uso sustentável da biodiversidade, sem a qual, a manutenção da qualidade ambiental do ecossistema e, conseqüentemente, a sobrevivência dos PIA são improváveis (Berkes, Folke and Gadgil 1995; Hooper et al. 2005).

As queimadas e desflorestamentos causam:

(...) profundos impactos negativos na organização destes povos, ao reduzir as formações vegetais nativas a fragmentos de diferentes tamanhos nos territórios dos PIA. Estes impactos, ocasionados aos PIA, interfere radicalmente na sua relação intrínseca com seu território, em qualidade ambiental do ecossistema, essencial para a reprodução física e cultural destes povos. A sobrevivência dos PIA depende de um território livre de influências antrópicas de não índios (Santos Júnior et al., 2016).

A reprodução física e cultural dos PIA depende da prática do CET, a qual está intrinsicamente relacionada à qualidade ambiental do ecossistema, situação que não condiz com a política de expansão econômica em voga na América do Sul. A sobrevivência dos PIA depende de um território livre de influências antrópicas de não índios.

Os resultados desse trabalho mostram que a expansão econômica regional, baseada no uso exaustivo de recursos naturais, retroalimenta um ciclo de degradação ambiental, que gera redução da biodiversidade e da resiliência ecológica:

A continuidade do ciclo muda o estado de equilíbrio do ecossistema A para outro ecossistema B, quando o primeiro não consegue absorver mais impactos ambientais negativos (resiliência ecológica). O resultado deste processo é que o novo estado de equilíbrio do ecossistema pode

22 Indígenas em situação de Isolamento no noroeste do Estado de Mato Grosso, Brasil.

23 Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/16301> Acesso em: 08 maio 2020

24 Tarcísio *et al.* cita Berkes, Folke and Gadgil (1995) para definir Conhecimento Ecológico Tradicional (CET) como: “conjunto cumulativo de conhecimentos e crenças vinculadas às relações entre os seres vivos (inclusive humanos) e entre estes com seu ambiente, por sua vez mantidos entre as gerações por meio da transmissão cultural”.

não ser viável à reprodução física dos Piripkura, na medida em que a nossa premissa é de que o CET-Piripkura depende, sumariamente, do manejo adaptativo da biodiversidade distribuída na heterogeneidade espacial que compõe a Terra Indígena Piripkura-PRK. Enfim, no atual contexto político e socioeconômico, a compreensão do uso e ocupação da TI- PRK pelos Piripkura é relevante como forma de contribuir para a salvaguarda de seus direitos, conforme preconizado pelos artigos 230 e 231 da Constituição Federal do Brasil de 1988, pois seu território tradicional ainda não está assegurado pelo Estado Brasileiro e, na atualidade, continua sob ameaça da expansão econômica (Santos Júnior et al., 2016).

Dessa forma, entende-se que o conhecimento e a prática dos povos indígenas estão moldados na sua relação e manejo da biodiversidade presente na heterogeneidade espacial dos seus territórios. Os impactos causados por agentes externos obrigam os indígenas a novas práticas adaptativas. No entanto, existe um limite para essas novas práticas, uma vez que os recursos (fauna, flora e meio físico) são finitos quando expostos a intensas e repetidas intervenções negativas.

O uso de queimadas pelas populações originárias sempre esteve associado e adaptado às condições ecológicas. Destinadas à limpeza de espaços, seja para facilitar deslocamentos, atrair animais de caça, eliminar animais peçonhentos, bem como para o plantio, as queimadas tradicionais são utilizadas numa

perspectiva funcionalista e ecológica. Essas atividades são realizadas com parcimônia e sabedoria milenar²⁵. Os diferentes tipos de queimadas são apresentados e diferenciados nos Informes Locais da Bolívia, do Brasil e do Paraguai, que nos apresentam informações quanto aos diferentes usos das queimadas.

4.2. Tipos de queimadas na Bolívia, no Brasil e no Paraguai

O Informe Local da Bolívia define três tipos de queimadas: incêndios florestais, queima por desmonte mecanizado por agroindústria ou agropecuária e queima por “chaqueo tradicional”:

- *Queima por “chaqueo tradicional”: habilitar um chaco com uma extensão menor que três hectares por parcela sob a premissa de queima controlada²⁶, para a agricultura, pelos povos indígenas de terras baixas, e estabelecer um calendário que acompanhe a semeadura. Inicia-se com a roça de pastagens e a tala dos troncos entre março e julho, para que o material combustível se integre no solo até outubro. Procede-se à queimada depois da primeira chuva, para iniciar a semeadura com as precipitações de novembro e dezembro. Prática de autoabastecimento indígena.*

- *Queima por desmonte mecanizado pela agroindústria ou pela agropecuária: oculta-se por detrás do termo “chaqueo”, justificando o atual desmonte que se faz com maquinarias e as queimadas de extensos terrenos de até 50 ou*

25 No uso do fogo nos sistemas de agricultura tradicional também é bem comum o método da coivara, que pode ser utilizado tanto em áreas de cerrado, ou savana, quanto em áreas de floresta. A coivara tem a função de tornar agricultável determinada área, limpando-a e fixando ao solo elementos químicos importantes para os cultivos pretendidos (milho, mandioca, entre outros). Obviamente, há outras origens cosmológicas e socioculturais da adoção tradicional do uso do fogo e que podem ou não estar atreladas às funcionalidades aparentes. Essas devem ser observadas no contexto da diversidade de povos que a adotam (ILBr-2019).

26 Queima controlada: prática de queima voluntária em uma superfície definida, que deve ser isolada de tal forma que o fogo produzido não possa ultrapassar o terreno a ser queimado. O procedimento exige a construção de corredores corta-fogo nos limites da área, limpar a vegetação e todo o material combustível nos corredores de uma largura prudente. Sempre alertar! O dono do terreno deve alertar os vizinhos adjacentes sobre a queimada. Cuidado! Não fazer queimadas quando há ventos fortes e temperaturas elevadas. Ter à mão a ajuda que possa se precisar: uma boa quantidade de pessoas treinadas e as ferramentas necessárias para o controle da queimada, vigiando para que o fogo não se propague, cuidando até a extinção total do fogo, além de eliminar os focos que poderiam reacender. Programar as queimadas: far-se-á com os responsáveis do território disposto para o “chaqueo” e quando autorizado pela Unidade Florestal Municipal (UFM), uma vez que a Superintendência Florestal delegue a função a essas unidades. Não danificar o solo! Levantar em conta a frequência, duração e intensidade da queimada para evitar que o solo seja danificado. (Quanto mais grosso for o material queimado, maiores são os prejuízos provocados ao solo.)

100 hectares destinadas à agroindústria ou à produção extensiva de gado. Isso está sujeito à lógica e aos interesses do mercado, vinculados com a extensão da fronteira agrícola na perspectiva da exportação de matérias-primas.

- Fogo e incêndios florestais: os fogos que se transformam em incêndios e estes em “incêndios florestais” são definidos como: “[...] um fogo que ocorre em florestas naturais ou artificiais por ação do ser humano ou da natureza, sem nenhum controle, provocando prejuízos ecológicos, climáticos, econômicos e sociais”. São os que ocorrem em áreas de floresta, como consequência do abundante conteúdo de material combustível, árvores, resinas, galhos, folhas secas, mato, arbustos, ervas, pastagens, restolhos, capim seco etc., tudo passível de pegar fogo; ao arder produz brasas e faíscas, e queima e destrói sem controle tudo o que está no caminho.

O Informe Local Brasil apresenta diferentes iniciativas que os povos indígenas e suas organizações implementam para fazer frente às queimadas e à proteção territorial. Ressaltamos que as iniciativas de combate aos incêndios desenvolvem-se em parceria com órgãos do Estado, enquanto as atividades de proteção territorial são autônomas com pouco ou quase nenhum apoio das instituições do Estado:

A proteção das vidas e dos territórios e o cuidado com a mãe terra são princípios orientadores da existência dos povos indígenas. Por isso, há alguns anos, os povos e suas organizações vêm formando grupos de brigadas para combater os incêndios como também grupos de guardiões das florestas com o objetivo de proteger os territórios. Essas iniciativas ocorrem em diversas partes do país, mas principalmente na Amazônia brasileira.

Os povos indígenas têm assumido o trabalho de combate aos incêndios florestais e atuado na preservação desse e de outros biomas. Este trabalho incipiente – e em muitos casos de exclusividade dos povos indígenas – de combate aos focos de incêndio no interior das terras indígenas é feito prioritariamente pelos **brigadistas indígenas**, vários deles contratados pelo Prevfogo – órgão do Estado Brasileiro ligado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA –, ou ainda por grupos de guardiões da floresta em determinadas regiões. Essas são iniciativas dos próprios povos indígenas para conter o avanço dos ilícitos nos territórios e proteger suas terras.

Em 2019, período de ocorrência das maiores queimadas já registradas em territórios indígenas, o trabalho realizado pelos brigadistas e guardiões minimizou a devastação provocada pelas queimadas. A atuação diuturna e incansável para combater os focos de incêndio, identificados a partir de imagens de satélite ou de informações da própria comunidade e transmitidas para os indígenas, foi fundamental para eliminar os focos de incêndio. Apesar desse importante papel que desenvolveram, as brigadas e os grupos de guardiões, em sua grande maioria, atuaram no limite dos seus recursos humanos, psicológicos, materiais, operacionais e financeiros, o que em alguns casos os impediu de conter o avanço do fogo para o interior de seus territórios. E em regiões onde há presença de povos indígenas em isolamento voluntário, é premente a preocupação com a situação de vulnerabilidade desses povos no interior das florestas em chamas e com sua sobrevivência.

Outra situação bastante desafiadora nesse processo foi o aumento do número de queimadas criminosas e de outros ilícitos nas terras indígenas. Esse aumento da devastação pode ser atribuído ao atual cenário nacional, em que há uma incitação, por parte do governo de Jair Bolsonaro, a ataques a direitos e aos territórios dos povos indígenas.

Nesse contexto se reforça cada vez mais a importância de organizar e equipar devidamente essas brigadas e os guardiões indígenas para atuarem no combate aos incêndios nas Terras Indígenas. E, ao mesmo tempo, é preciso que o próprio movimento indígena se organize e se fortaleça para apoiar esses grupos, numa estratégia preventiva de planejamento do trabalho, formação e fornecimento de insumos para essas brigadas e guardiões.

Em 2019, instigada pela situação emergencial de queimadas em Terras Indígenas, a COIAB lançou uma campanha e articulou apoio para contribuir no combate aos focos de queimadas nas Terras Indígenas na Amazônia. Com isso, foram mobilizados recursos para as brigadas que atuaram junto aos povos Xerente, Krahô, Apinajé e Karajá, no estado do Tocantins; ao povo Uru-Eu-Wau-Wau, no estado de Rondônia; e para os guardiões da floresta da Terra Indígena Arariboia, no Maranhão.

A adoção de iniciativas como essas e a ação conjunta para a proteção dos territórios indígenas são uma necessidade cada vez mais forte na atualidade. Além disso, demonstram a im-

portância da constante interação e troca de experiências também entre esses brigadistas indígenas e os guardiões da floresta, assim como entre as lideranças locais e as organizações indígenas, para que se possa construir e conduzir processos que tenham como principal objetivo a valorização das vidas e a proteção dos territórios indígenas, garantindo, assim, a existência das gerações futuras. (IQL Br.)

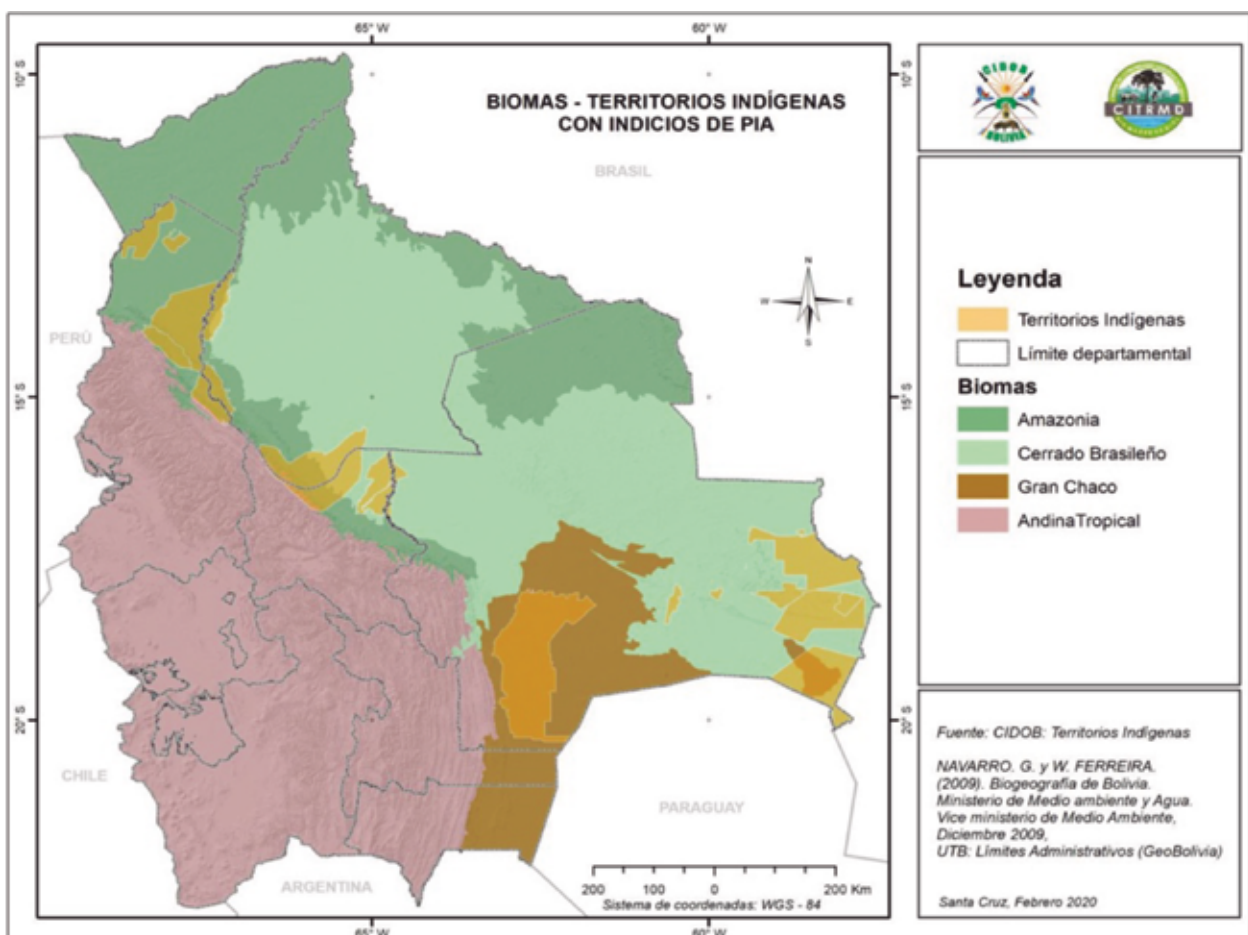
Veremos, a seguir, como os três Informes Locais definiram e abordaram as queimadas

nos diferentes ecossistemas, em seus respectivos países, com presença de PIA.

Bolívia

Na Bolívia, de quatro biomas, escolhemos a AMAZÔNIA, o CERRADO BRASILEIRO (Chiquitania) e o GRAN CHACO, de acordo com o Mapa de vegetação da Bolívia de Ibish e Merida (2003), e de ecoregiões e ecossistemas para a Bolívia (Navarro e Ferreira, 2007 e 2009), que são a base para a execução deste estudo:

Mapa 2. Biomas e localização de Territórios Indígenas na Bolívia.



Este tipo de incendio registrado el año 2019 (alcanzando ser de sexta generación), es al que realizamos seguimiento satelital en las Áreas Protegidas, Territorios Indígenas y Áreas de Vida PIA, contenidas en Biomas de Bolivia.

Bioma Amazonia (Bolivia):

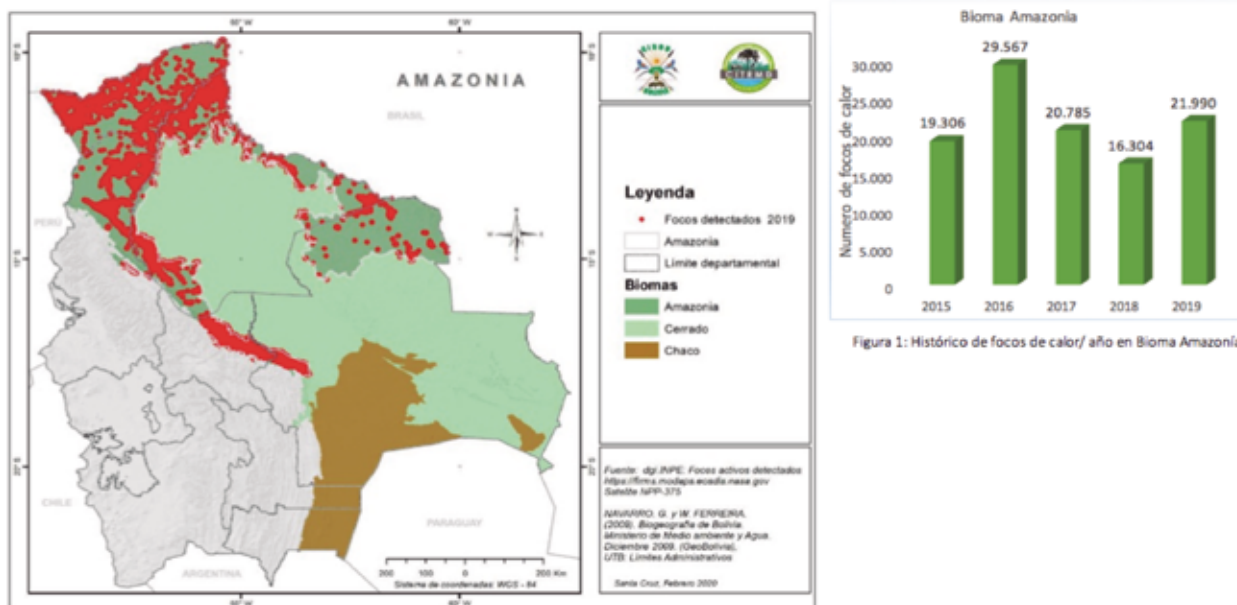
Regiones biogeográficas “Amazonia”: Para el análisis de focos activos detectados se

tomó como límites las unidades biográficas a tres de cuatro grandes regiones de Bolivia, en la que se encuentran los ecosistemas acuáticos y humedales del Beni, Pantanal y Chiquitana, Región Amazonia; Región Brasileño-Paranense y Región Chaqueña, que a su vez se dividen en provincia y sectores (Navarro & Ferreira, 2009).

En las tierras bajas del norte de Bolivia (norte del Beni, norte de La Paz y todo Pando),

con prolongaciones hacia el norte de Santa Cruz. Asimismo, en el preandino, piedemonte y subandino bajo de la Cordillera Oriental de los Andes, desde La Paz hasta el noroeste de Santa Cruz ²⁷.

Figura 1. Espacialização de todas as detecções de focos de calor no bioma Amazônia em 2019.



Cerrado Brasileiro (Bolívia)

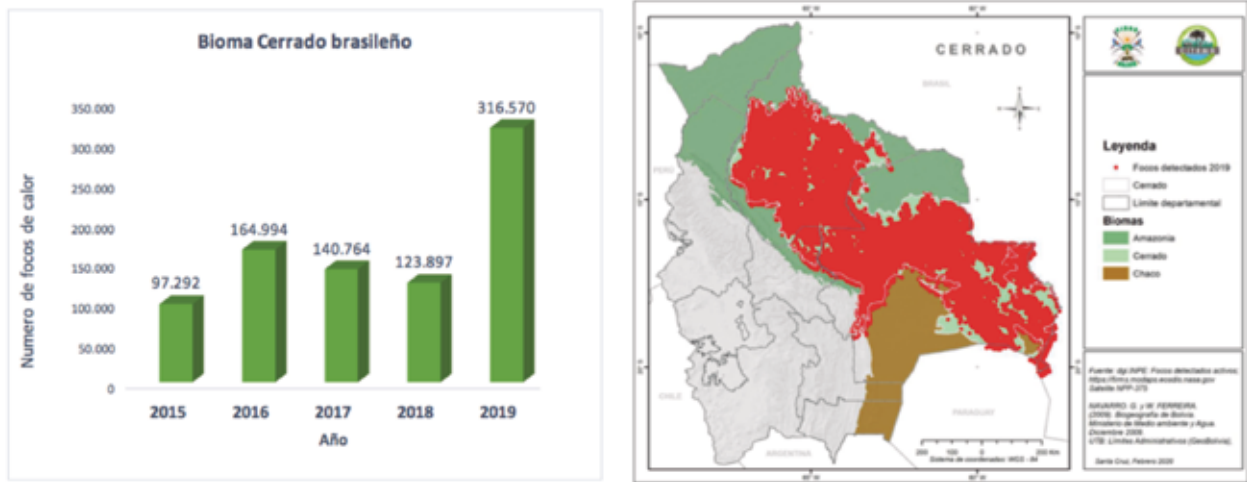
Região Brasileira-paraense: é a mais extensamente representada na Bolívia e no conjunto da América do Sul, que no país ocupa a maior parte do Departamento de Santa Cruz

(Chiquitania) e de Beni, com áreas disjuntivas nos vales do subandino de La Paz (Tuichi-Machariapo, Caranavi e Boopi), Cochabamba e Santa Cruz. Na Bolívia inclui três províncias biogeográficas²⁸.

27 *Província Amazônica "Sudocidental" (Acre e Madre de Dios):* 1a) Setor do Acre e Madre de Dios (selvas e florestas de terra firme), 1b) Setor del Heath e Baixo Madidi (selvas e florestas de terras baixas), 1c) Setor Preandino do norte da Bolívia e sul do Peru (ecossistemas de floresta, de arbustos e os que são chamados de várzea amazônica). P.A. "Centro-Surea" (Madeira e Tapajós): 2a) Setor do Alto Madeira, 2b) Setor do Guaporé

28 *Província "Cerradense Ocidental":* 3a) Setor Chiquitano Transicional à Amazônia, 3b) Setor Chiquitano central, 3c) Setor Chiquitano Transicional ao Chaco, 3d) Setor Chiquitano "Cruceño". P. "Beniana", 4a) Setor Beniano Ocidental 24, 4b) Setor Beniano Oriental, 4c) Setor Beniano Norte. P. *Pantanal*, 5a) Setor do Pantanal Norte Ocidental (Cuenca Curiche Grande), 5b) Setor do Pantanal Sul (Corumbá-Miranda).

Figura 2. Espacialização de todas as detecções de focos de calor no Bioma Cerrado brasileiro (Chiquitania) em 2019 e quantidade de fogos ativos detectados no bioma Cerrado brasileiro de 2015 a 2019.

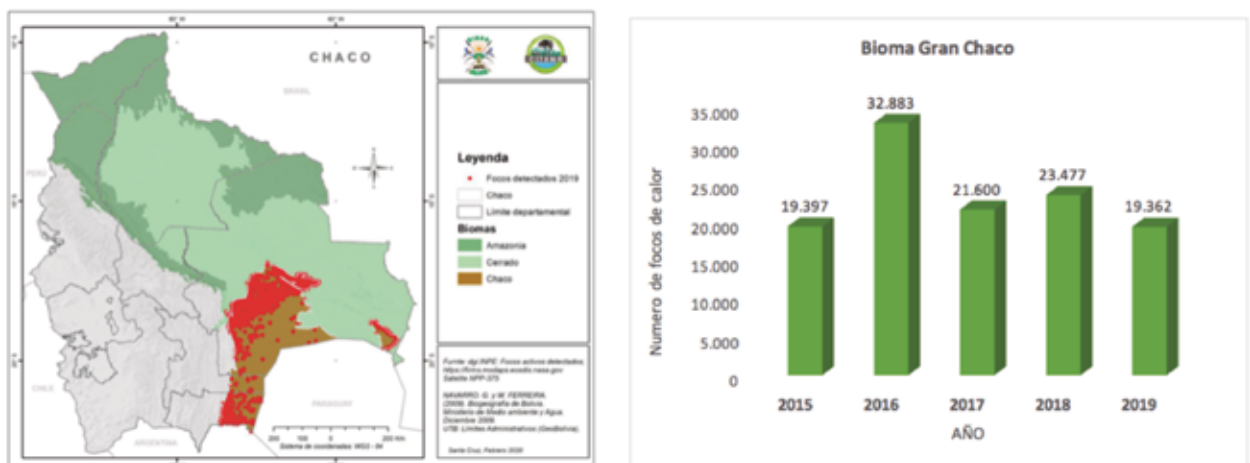


Gran Chaco

Região do Chaco: estende-se ao sul e sudeste do Departamento de Santa Cruz e no leste dos departamentos de Chuquisaca e

Tarija, abrangendo os leques aluviais antigos da planície dos rios Grande, Parapeti e Pilcomayo. Bioclima xérico seco e semiárido. Somente uma província biogeográfica está representada no país, com dois setores biogeográficos²⁹.

Figura 3. Espacialização de todas as detecções de fogos no bioma Chaco em 2019 e quantidade de fogos ativos detectados no bioma Chaco nos anos de 2015 a 2019.



29 *Provincia "Chaqueña Septentrional": 6a) Setor do Chaco Noroeste, 6b) Setor do Chaco Nordeste.*

Brasil

Bioma Amazônia (Brasil)

Nos últimos cinco anos, na Amazônia, as queimadas se mantiveram com detecções anuais variando entre os anos de 2015 e 2019 (ver Figura 1). O ano de 2018 é uma exceção devido à quantidade de chuvas distribuídas ao

longo de todo o período (incluindo na estação seca). Em 2019 ocorreu o terceiro maior valor da série registrado (perdendo para 2016 e, obviamente, 2018, conforme Figura 1). Em relação à média, a quantidade de detecções é bem próxima desta, mas, mesmo assim, com dezessete mil focos a menos em relação a ela (ver Figura 2). Quanto aos locais de ocorrência, os maiores acúmulos de detecção estão no estado de Roraima e no arco do desmatamento³⁰.

Figura 4. Quantidade de fogos ativos detectados no bioma Amazônia nos anos de 2015 a 2019.

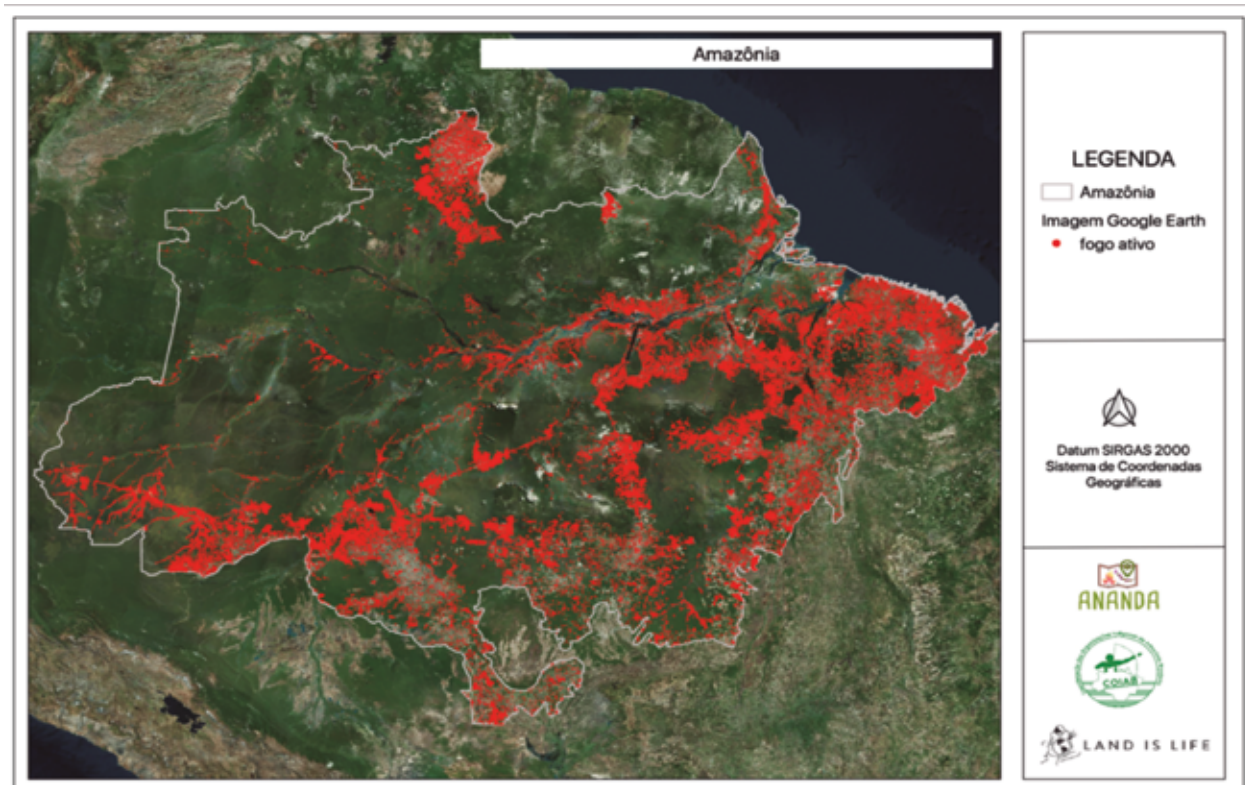


30 Região que apresenta altas taxas de desmatamento, que vai do sudeste do Pará em direção ao oeste, passando por Mato Grosso, Rondônia e Acre.

Figura 5. Quantidade de fogos ativos (a mais ou a menos) detectados no bioma Amazônia em relação à média dos anos de 2015 a 2019.



Mapa 3. Espacialização de todas as detecções de fogo ativo no bioma Amazônia brasileira em 2019.



Bioma Cerrado (Brasil)

O Cerrado tem ecossistemas³¹ propensos à passagem do fogo (BARRADAS, 2017)³² quando esse evento não é recorrente e no período tardio (final da estação seca). Há também no bioma plantas sensíveis ao fogo que, na ocorrência de queimadas, podem ser altamente degradadas, sem possibilidade de recuperação.

Assim como na Amazônia, o ano de 2019 foi o terceiro com a maior quantidade de detecções de queimadas (Figura 3). Apesar dessa similaridade, nesse mesmo ano foram detectados mais focos em relação à média (Figura 4). A maioria das queimadas está localizada no norte e no centro do bioma e tem forte relação com atividades econômicas.

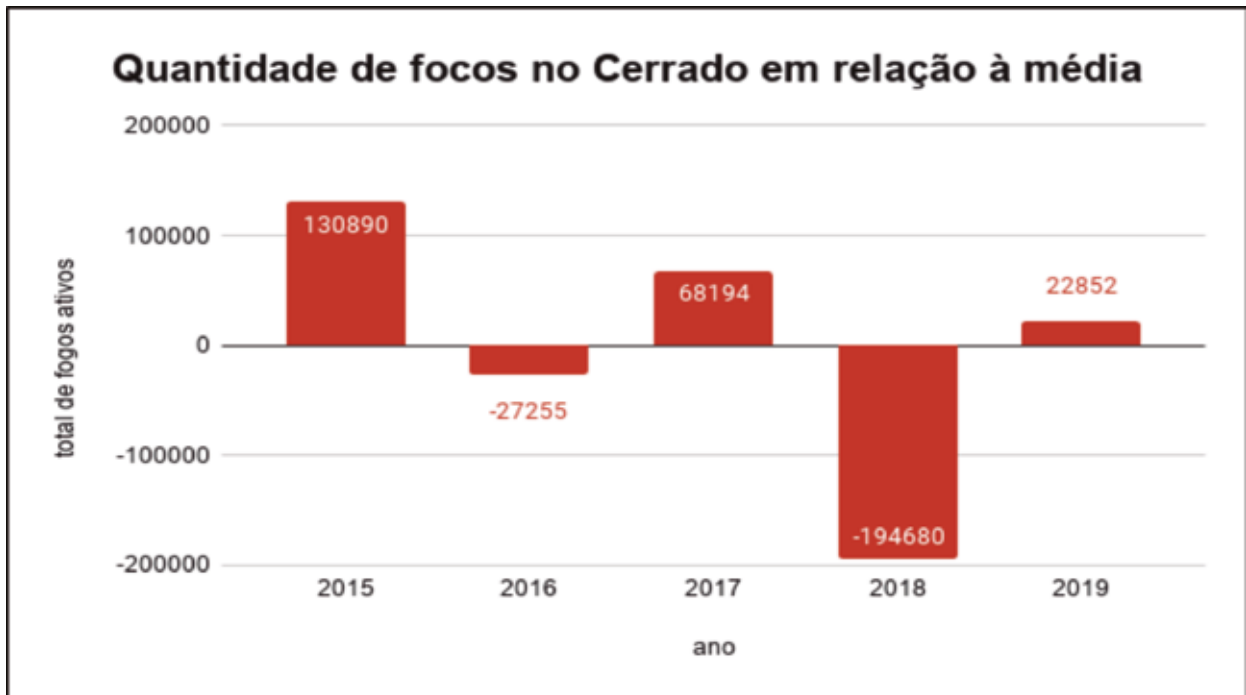
Figura 6. Quantidade de fogos ativos detectados no bioma Cerrado nos anos de 2015 a 2019.



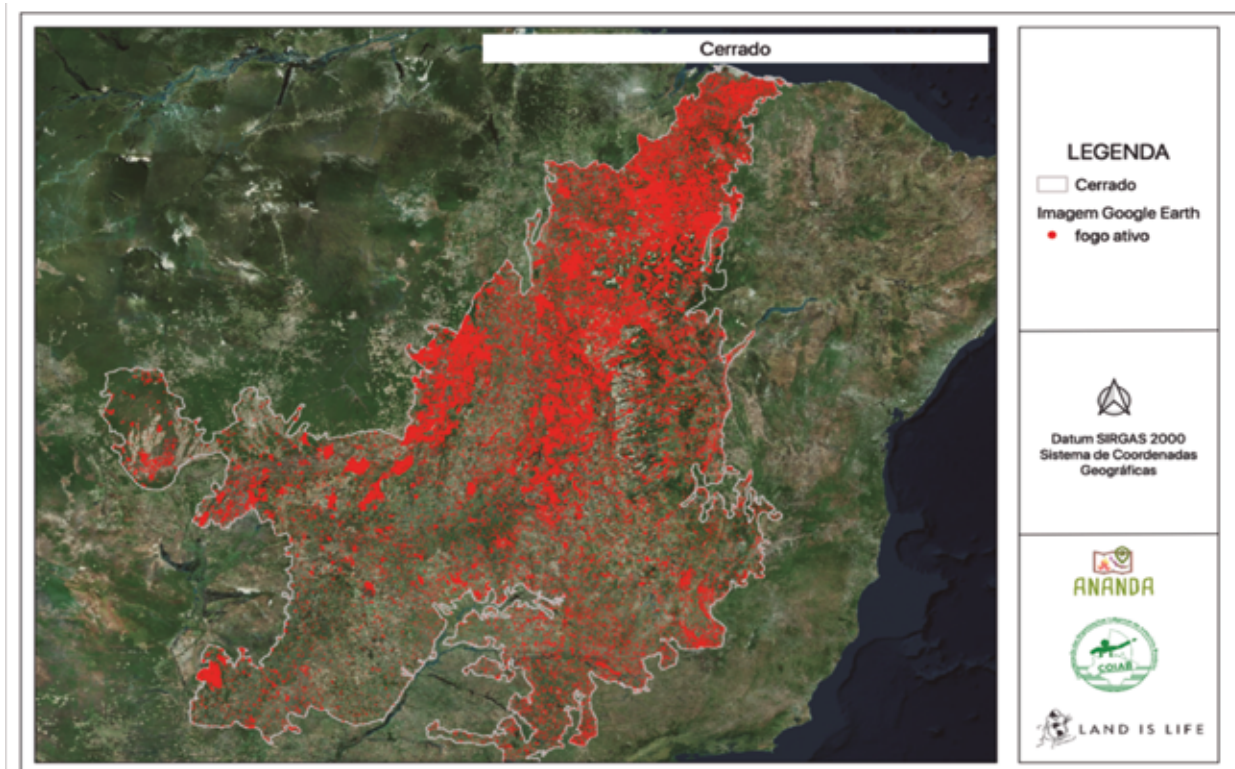
31 São as formações savânicas e campestres

32 Barradas, Ana Carolina Sena. **A Gestão do fogo na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, Brasil**. Escola Nacional de Botânica/Jardim Botânico do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2017.

Figura 7. Quantidade de fogos ativos (a mais ou a menos) detectados no bioma Cerrado em relação à média dos anos de 2015 a 2019.



Mapa 4. Espacialização de todas as detecções de fogo ativo no bioma Cerrado em 2019.



Paraguai

Os principais tipos de vegetação afetados pelos incêndios são os do mato xerofítico e

mesoxerofítico do norte do Chaco³³ - incluindo zonas de transição entre ambos - e a mata mesoxerofítica alta.



Área queimada na fronteira Paraguai-Bolívia. Fotografia tomada depois das primeiras chuvas de novembro de 2019. Fotografia: dron de IA.

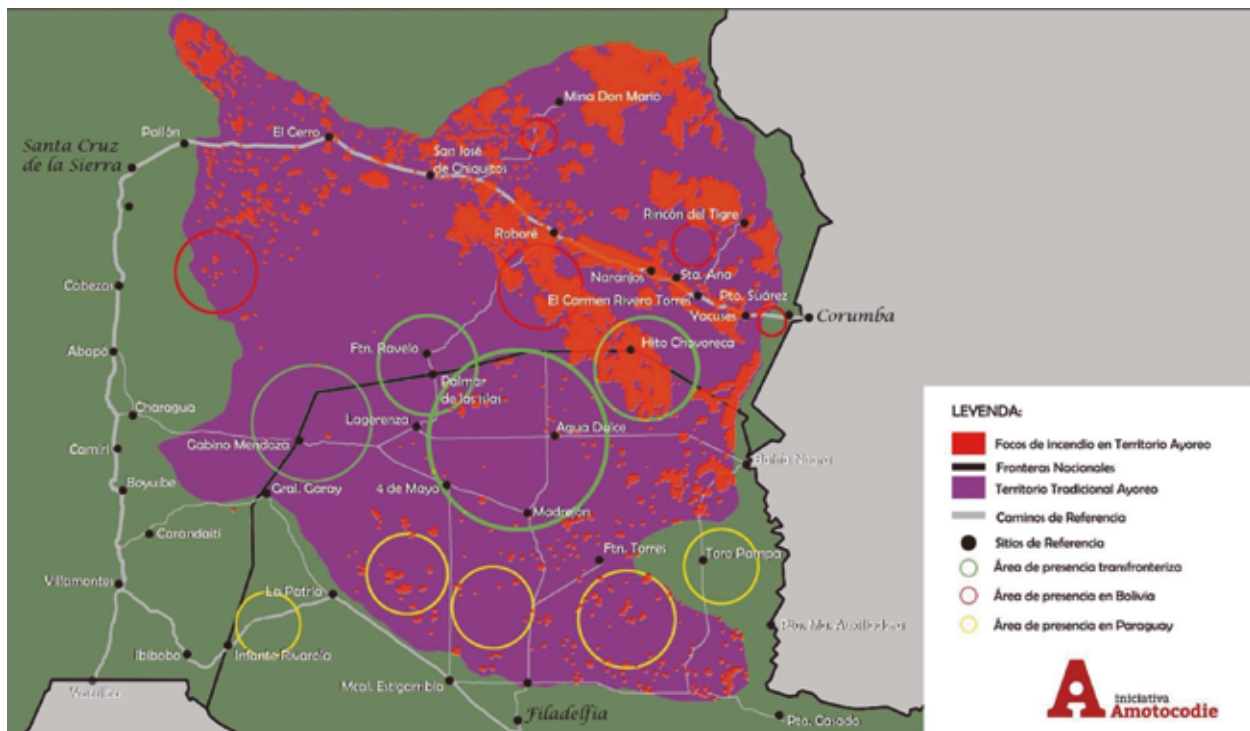
Os impactos são devastadores, a destruição da vegetação nativa dessa região tem gravíssimas consequências, especialmente quando se observa a capacidade de resiliência das formações vegetais afetadas. Essas têm uma recuperação lenta e o terreno passa a ser ocupado por espécies especializadas em sobreviver nas terras de alta salinidade, secas e de baixa fertilidade. Estima-se que das 3.000 a 4.000 espécies nativas que se encontram nos diversos ecossistemas do norte do Chaco, nos campos queimados só prosperam de 100 a 200 espécies nativas. Isso representa uma radical diminuição da capacidade de carga dos habitats locais, assim como da sua qualidade ambiental. Esses prejuízos flutuam entre a extinção e a

ruptura da dinâmica das diferentes populações da fauna, a composição dos conjuntos da flora e, principalmente, a degradação da qualidade dos habitats locais.

Observou-se que a área de Chovoreca, na zona transfronteiriça do Paraguai e da Bolívia, suportou o menor nível de desmatamento. Nessa região não houve incêndios significativos nos anos de 2015 a 2018, o que chama a atenção pelo fato de se tratar de um tipo de vegetação muito inflamável, juntamente com a constatação de que, naqueles anos, houve um importante período de seca, de acordo com os registros do SENAMI da Bolívia; de fato, a região estava muito seca e corria um elevado risco de combustão no caso de ocorrerem incêndios.

33 Hueck, 1978 - Hueck, H. Los Bosques de Sudamérica: ecología, composición e importancia económica. GTZ. Eschborn, 1978.

Mapa 5. Focos de incêndio em 2019 e áreas de presença de PIA no Paraguai e na Bolívia.



5. Metodologia

5.1 Procedimentos para os informes locais

Inicialmente, pactou-se uma metodologia comum, encaminhada para a Iniciativa Amotocodie (Paraguai), CITRMD (Bolívia) e COIAB (Brasil), deixando em aberto a possibilidade de adaptar conforme a realidade de dados em cada país e, ao mesmo tempo, confluir para a necessidade de manter a mesma qualidade de informações, principalmente as da quantificação de fogo.

Por isso, foi solicitado o uso dos dados de fogo ativo (conhecidos também como focos de calor ou focos de queimada) de apenas um satélite do Programa Queimadas do INPE, o

NPP-375³⁴, que, dentre todos os disponíveis, possui quatro passagens diárias, tem melhor resolução espacial (375m) e, por consequência, maior detalhamento de mapeamento, o que reduz os erros de omissão³⁵.

A principal metodologia de análise foi a comparação mensal de queimadas para cada terra indígena e unidade de conservação com registro de presença de povos indígenas em isolamento. Para os biomas Cerrado, Amazônia e Chaco, a comparação foi anual, considerando os últimos cinco anos (2014 a 2019). Além dessa análise, houve a demanda de demonstrar as áreas afetadas pelas queimadas durante o ano de 2019.

Os informes deveriam ser apresentados conforme roteiro descrito no Quadro 3:

34 Disponível em: <http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/bdqueimadas#exportar> Acesso em: 09 maio 2020

35 Entende-se que ocorre erro de omissão quando o dado não é mapeado ou registrado, o que pode contribuir para um estudo deficiente sobre o padrão do fogo.

Tabela 3. Síntese do roteiro dos procedimentos para elaboração dos informes locais.

Informação no Informe	Descrição
Histórico das queimadas no país	Breve resumo
Queimadas por bioma, por ano, entre 2015 e 2019	Na Amazônia
	No Chaco
	No Cerrado
Queimadas por bioma, por ano, entre 2015 e 2019	Histórico das queimadas (5 anos - de 2015 a 2019)
	Causas das queimadas
	Focos mensais em 2019
	Tipo de vegetação afetada
	Tipo de origem das queimadas (tradicional, manejo econômico ilegal dentro da terra, manejo econômico pelos indígenas)
	Os impactos diretos e indiretos para os PIA
Queimadas em unidades de conservação com presença de PIA	Histórico das queimadas (5 anos - de 2015 a 2019)
	Causas das queimadas
	Focos mensais em 2019
	Tipo de vegetação afetada
	Tipo de origem das queimadas (tradicional, manejo econômico ilegal dentro da terra, manejo econômico pelos indígenas)
	Os impactos diretos e indiretos para os PIA

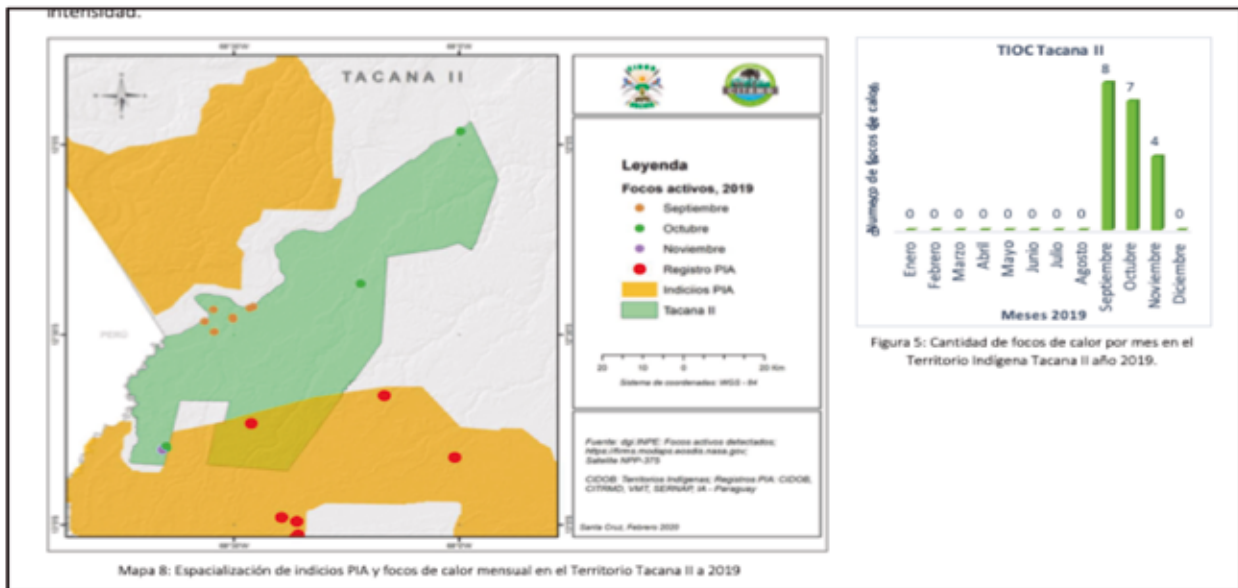
Foi sugerido também destacar os períodos de seca e chuva de cada país, haja vista que o fogo no período seco pode ser mais prejudicial e danoso aos povos quando não tem origem tradicional.

5.2 Procedimentos do Informe Bolívia

A Bolívia fez toda a análise com base nos quantitativos mensais e anuais dos focos de calor NPP-375, conforme sugestão metodológica da coordenação dos informes, e apresen-

tou mapas e gráficos com a localização mensal dos focos. Para delimitação das áreas com PIA, o CITRMD filtrou as áreas a partir da base de Territórios Indígenas Originários Campesinos (TIOC) e da base de Áreas Protegidas nacional y subnacional e cruzou com os dados de registros confirmados. Com esses dados, a Bolívia determinou as áreas de análise, todas de registros confirmados - são dezesseis TIOC e duas áreas protegidas.

Figura 8. Exemplo de apresentação do diagnóstico das áreas do Informe Quemadas da Bolívia.



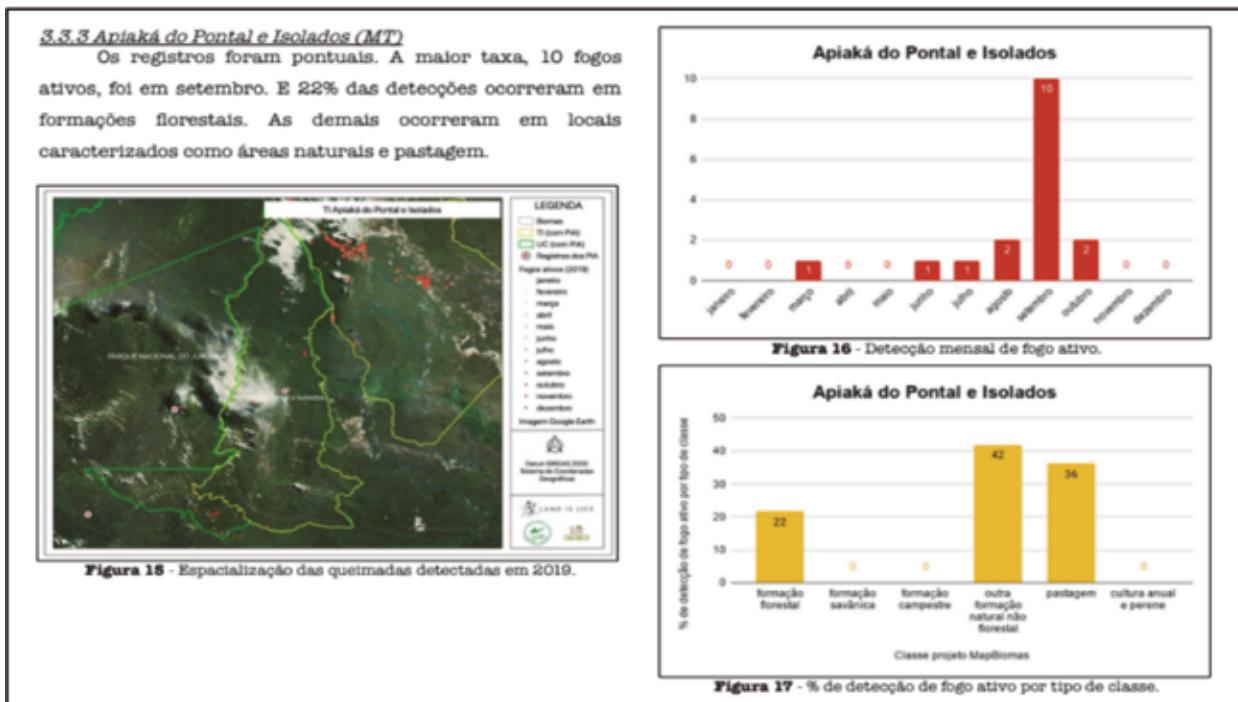
5.3 Procedimentos do Informe Brasil

No informe Brasil, a validação das queimadas seguiu a metodologia dos demais informes: análise mensal de queimadas em 2019 para as terras indígenas e unidades de conservação e análise anual para os biomas Amazônia e Cerrado, a partir dos focos de calor NPP-375 disponibilizados pelo Programa Queimadas do INPE. Para as TIs e UCs, usou-se a base de *shapefiles* do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Dentre as áreas dessas bases cujos dados foram cruzados com os registros de presença de povos isolados da Funai (em estudo, de informação e referência confirmada), foram consideradas apenas as áreas de TIs e UCs delimitadas, totalizando 80 TIs e 14 UCs.

Com a definição das áreas para o informe, além da análise de queimadas mensais, também foram consideradas as áreas afetadas no estudo, a partir dos dados do Projeto MapBiomas (<https://mapbiomas.org/>), coleção 4, mapa de 2018. Os dados foram apresentados, para cada área, em formato de mapas e gráficos.

Figura 9. Exemplo de apresentação do diagnóstico das áreas do Informe Queimadas do Brasil



5.4 Procedimentos do Informe Paraguai

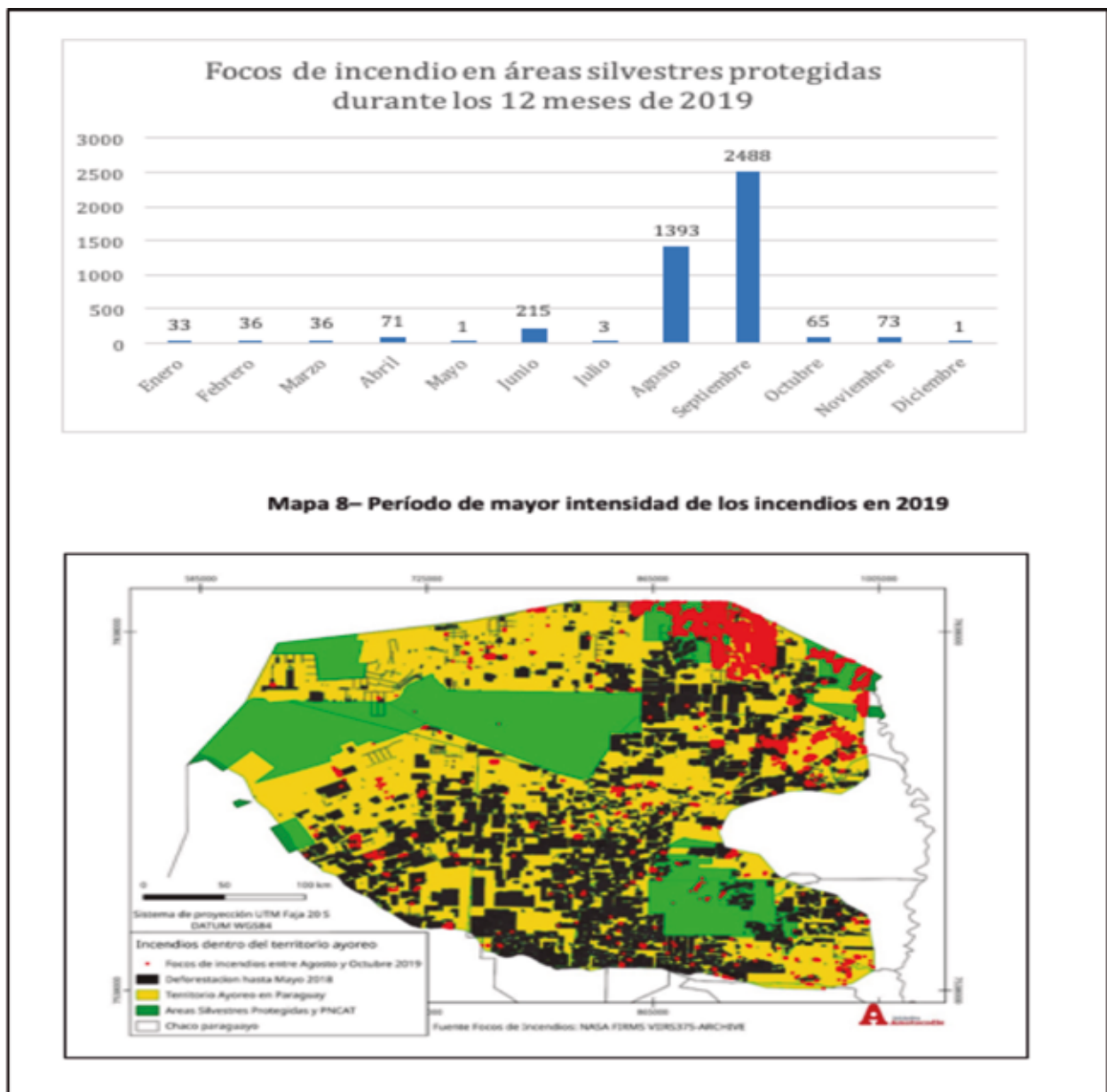
O Informe Paraguai seguiu um modelo diferente de estrutura, mais condensado; entretanto, manteve a apresentação e análise dos dados com validação em campo junto aos anciões indígenas da região de Chovoreca.

Os dados utilizados foram os fogos ativos do sistema *Fire Information for Resource Management System* (FIRMS) da *National Aeronautics and Space* (NASA), satélite VIIRS, o mesmo do produto NPP-375. Para alguns casos, imagens *Landsat* e *Sentinel* subsidiaram a avaliação das detecções. Para aferir as quei-

madas em relação aos territórios com registros de PIA e o fogo nas áreas, foram utilizadas *shapefiles* de áreas silvestres protegidas, terras indígenas e áreas desmatadas no período de 2015 a 2019.

As informações foram dispostas em mapas anuais de queimadas e desmatamento do território Ayoreo no Paraguai, nos quais constam todas as áreas (TI e UC) em um mesmo *layout*. Uma análise também foi apresentada para o período de maior intensidade de queimadas junto com o gráfico mensal de todos os focos detectados em 2019. (Figura 5).

Figura 10. Exemplo de apresentação do diagnóstico das áreas no Informe Quemadas do Paraguai de 2019.



6. Queimadas em territórios indígenas e unidades de conservação com presença de PIA

Ainda na caracterização dos impactos, apresentaremos as terras/reservas indígenas e unidades de conservação afetadas pelas queimadas em cada país.

Bolívia

Delimitação das áreas de estudo: para a análise dos focos de calor detectados, têm-se

tomado como base as áreas demandadas e tituladas como Territórios Indígenas Originários Campesinos – TIOC. Muitos deles possuem reconhecimento legal do Estado, com título de propriedade coletiva para povos com história de contato. Nesses territórios também têm sido intensificados os registros de referência em estudos sobre a presença de povos indígenas em situação de isolamento (PIA), os quais requerem perícias de campo lideradas pela DIGEPIO. No intuito de delimitar e/ou demarcar esses territórios, identificamos que,

para os territórios com até 10 PIA na Bolívia, há ao menos um total de 44 registros de referência em estudos reunidos entre 2000 e 2019, que são citados em informes apresentados por entidades governamentais e organizações

indígenas territoriais e em nível nacional. Em parte, essas referências têm sido obtidas com base em testemunhas, registros fotográficos de campo e por localização georreferenciada.

Tabela 4. Registros em conformidade com a ocorrência local. Em cor laranja, os registros considerados para este estudo.

Local	Registros de referência em estudo				Total
	Cingolani 2011	Ministério de Terras 2008	CITRMD Indígena 2017	I. Amotocodie 2019	
Em áreas protegidas (Território Indígena/UC)	5	7	0	7	19
Em áreas ainda não definidas legalmente	2	3	6	14	25
Total	7	10	6	21	44 ³⁶

Tabela 5. Territórios Indígenas com PIA diagnosticadas com focos de calor em 2019.

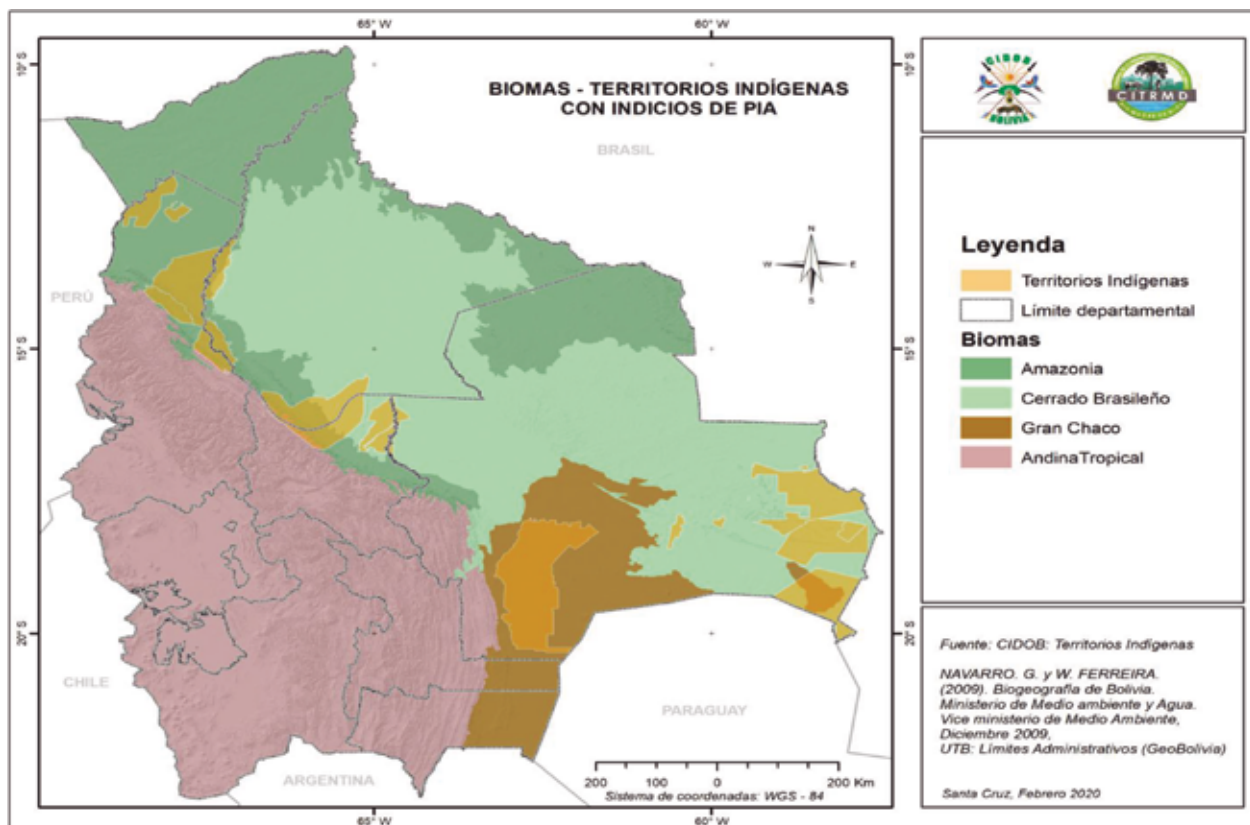
Item	UF	Território Indígena com histórico de contato (TIOC)	Com registros de referência em estudos	Total
1	TIOC	San José de Uchupiamona	1	1
2	TIOC	Tobite II	1	1
3	TIOC	Tacana III	1	1
4	TIOC	Yuqui	1	1
5	TIOC	El Pallar	1	1
6	TIOC	Tacana II	1	7
7	TIOC	Pilón Lajas	1	1
8	TIOC	Araona	1	1
9	TIOC	Rincón del Tigre	1	1
10	TIOC	Lecos de Apolo	1	1
11	TIOC	Santa Teresita	1	1

36 Com base em 7 registros analisados durante o estudo Cingolani e o mapa de mesa de trabalho em Cobija 2008, do qual assumimos, pelos polígonos propostos, 10 registros em estudo do Vice-Ministério de Terras, 6 registros fora de AP pelo CITRMD e outros 21 indícios ou visualizações pela Iniciativa Amotocodie. Em conclusão, 44 registros de referências em processo de análise, como base para este estudo.

Ítem	UF	Territorio Indígena con historia de contacto (TIOC)	Con registros de referencia en estudios	Total
12	TIOC	Yuracare	1	1
13	TIOC	Tacana I	1	1
14	TIOC	TIPNIS	1	1
15	TIOC	Pantanal	1	1
16	TIOC	Isoso	1	1
17	TIOC	Otuquis	1	1
Total			17	23

A descrição das áreas em relação às ocorrências de fogo ativo está referenciada nas tabelas abaixo, de acordo com o tipo de registro(s) existente(s) em Territórios Indígenas e, depois, em Áreas Protegidas.

Mapa 6. Biomas – Territórios Indígenas com indícios de PIA.



Na tabela abaixo estão quantificadas as áreas protegidas nas quais se considera que há algum registro no seu interior e que ultrapas-

sam ou que são vizinhas de terras indígenas com algum tipo de registro.

Tabela 6. Áreas protegidas nacional y subnacional* com registros de referência em estudos PIA e diagnóstico de focos de calor em 2019.

UF	Área Protegida Nacional	PIA sobreposto pela Área Protegida ou área de influência	Registros em estudo a serem reconfirmados pela DIGEPIO	Focos de calor 2019
PNANMI	San Matías	Ayoreo	1	32.659
Reserva	Ñembi Guasu*	Ayoreo	1	9.752
PN	Isiboro Secure	T'siman	1	3.707
PNANMI	Otuquis	Ayoreo	1	3.147
PN	Carrasco	Mbya Yuki	1	753
PNANMI	Madidi	Toromona; Araona; Nahua; indeterminado	5	545
ZRA	Toromona*	Toromona	7	5
PNANMI	Amboró	Mbya Yuki	1	493
RVS	Bruno Racua*	Pacahuara	1	231
RB	Pilón Lajas	T'siman-Moseten	1	131
RN	Manuripi Heath	Ese Eja	1	53
PNANMI	Kaa Iya del Gran Chaco	Ayoreo	6	31
RB	Estación Biológica del Beni	T'siman	1	sd
ANMI	Apolobamba	Nahua	1	sd

Brasil

As áreas foram definidas em conformidade com o anexo da Instrução Técnica (IT) n° 25/2017/COPLII/CGIIRC/DPT-Funai. Nesse documento, foram identificados 114 registros de presença de Povos Indígenas em Situação

de Isolamento, sejam confirmados, em estudo ou em informação. Desses, **81 estão em áreas protegidas (em terras indígenas (TIs) e/ou em unidades de conservação (UCs))** e foram considerados para este informe; entretanto, 33 registros não estão em áreas legalmente delimitadas e, por isso, não foram avaliados.

Tabela 7. Registros em conformidade com o local de ocorrência. Em laranja estão os registros considerados para este estudo.

Local	Referência confirmada	Registro em estudo	Registro em Informação	TOTAL
Em áreas protegidas (TI e/ou UC)	27	17	37	81
Em áreas não definidas legalmente	1	9	23	33
Total	28	26	60	114

As áreas em relação às ocorrências de fogo ativo estão listadas nas tabelas abaixo. Primeiro, conforme tipo(s) de registro(s) exis-

tente(s) em terras indígenas e, posteriormente, em unidades de conservação.

Tabela 8. Terras indígenas com PIA que foram diagnosticadas quanto às queimadas em 2019.

UF	Terra Indígena	Referência confirmada	Registro em estudo	Registro em informação	Total
AC	Kampa e Isolados do Rio Envira	1			1
AC	Kaxinawa do Rio Humaitá	1			1
AC	Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu		1		1
AC	Mamoadate	1			1
AC	Riozinho do Alto Envira	2			2
AM	Alto Rio Negro			3	3
AM	Deni			1	1
AM	Himerimã	1			1
AM	Jacareúba/Katawixi		1		1
AM	Pirahã			1	1
AM	Tenharim do Igarapé Preto		1	1	2
AM	Trombetas/Mapuera – Waimiri Atroari (considereei Trombetas)			1	1
AM	Vale do Javari	9	3	3	15
AM	Waimiri Atroari		1		1
AM	Yanomami		1	1	2
MA	Alto Turiacu			1	1
MA	Arariboia	1			1
MA	Awa		1		1
MA	Cana Brava			1	1
MA	Caru	1			1
MA	Krikati			1	1
MT	Apiaká e Isolados		1		1
MT	Apiaká/Kayabi			1	1
MT	Arara do Rio Branco			1	1
MT	Aripuanã			1	1
MT	Enawenê-Nawê			1	1
MT	Kawahiva do Rio Pardo	1			1
MT	Parque Aripuanã		1		1
MT	Parque do Xingu			2	2
MT	Piripkura (RU)	1			1
MT	Zoró			1	1
PA	Arawete do Igarapé Ipixuna		1		1
PA	Ituna_Itatá		1		1

UF	Terra Indígena	Referencia confirmada	Registro en estudio	Registro em información	Total
PA	Kaxuyana-Tunayana e Isolados		1		1
PA	Kayapo			1	1
PA	Menkragnoti			1	1
PA	Munduruku		1		1
PA	Rio Paru de Leste			1	1
PA	Sawre Maybu			1	1
PA	TI Kararaô			1	1
PA	Tumucumaque			2	2
PA/MT	Menkragnoti			1	1
PA/RR/AM	Trombetas Mapuera		1		1
RO	Massaco	1			1
RO	Tanaru (RU)	1			1
RO	Uru-Eu-Wau-Wau	3		3	6
RR	Yanomami	1		5	6
RR-AM	TI Pirititi	1			1
TO	Inawebohona		1		1
Total		26	17	37	80

As unidades de conservação consideradas são as que possuem registros em seu interior e que se sobrepõem e/ou que são adjacentes a terras indígenas com algum tipo de registro de PIACI.

Tabela 9. UCs consideradas para diagnóstico de fogo.

UF	Unidade de Conservação	Sigla	Terra indígena que está sobreposta pela UC ou é limítrofe
AC	Estação Ecológica da Terra do Meio	ESEC da Terra do Meio	-
AC	Floresta Nacional de Itaituba II	FLONA de Itaituba II	Sawré Muybu (Pimental)
AC	Floresta Nacional de Santa Rosa do Purus	FLONA de Santa Rosa de Purus	Riozinho do Alto Envira
AC	Floresta Nacional do Amazonas	FLONA do Amazonas	Yanomami
AM	Parque Estadual Chandless	PES Chandless	-
AM	Parque Nacional da Amazônia	PARNA da Amazônia	-
AM/MT	Parque Nacional da Serra do Divisor	PARNA da Serra do Divisor	-

UF	Unidad de Conservación	Sigla	Tierra indígena que está superpuesta por la UC o es limítrofe
AM/PA	Parque Nacional de Picaás Novos	PARNA de Picaás Novos	Uru-Eu-Wau-Wau
AM/RO	Parque Nacional do Araguaia	PARNA do Araguaia	Inawebohona
AM/RR	Parque Nacional do Juruena	PARNA do Juruena	Apiaká do Pontal e Isolados
MA	Parque Nacional do Pico da Neblina	PARNA do Pico da Neblina	Yanomami
MA	Parque Nacional Mapinguari	PARNA Mapinguari	Jacareúba/Katauixi (restrição de uso)
PA	Reserva Biológica do Guaporé	REBIO do Guaporé	Massaco
RO	Reserva Biológica do Gurupi	REBIO do Gurupi	Awa/Caru
RO	Reserva Extrativista do Alto Juruá	RESEX do Alto Juruá	Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu
TO	Reserva Extrativista Ituxi	RESEX do Ituxi	Jacareúba/Katauixi (restrição de uso)

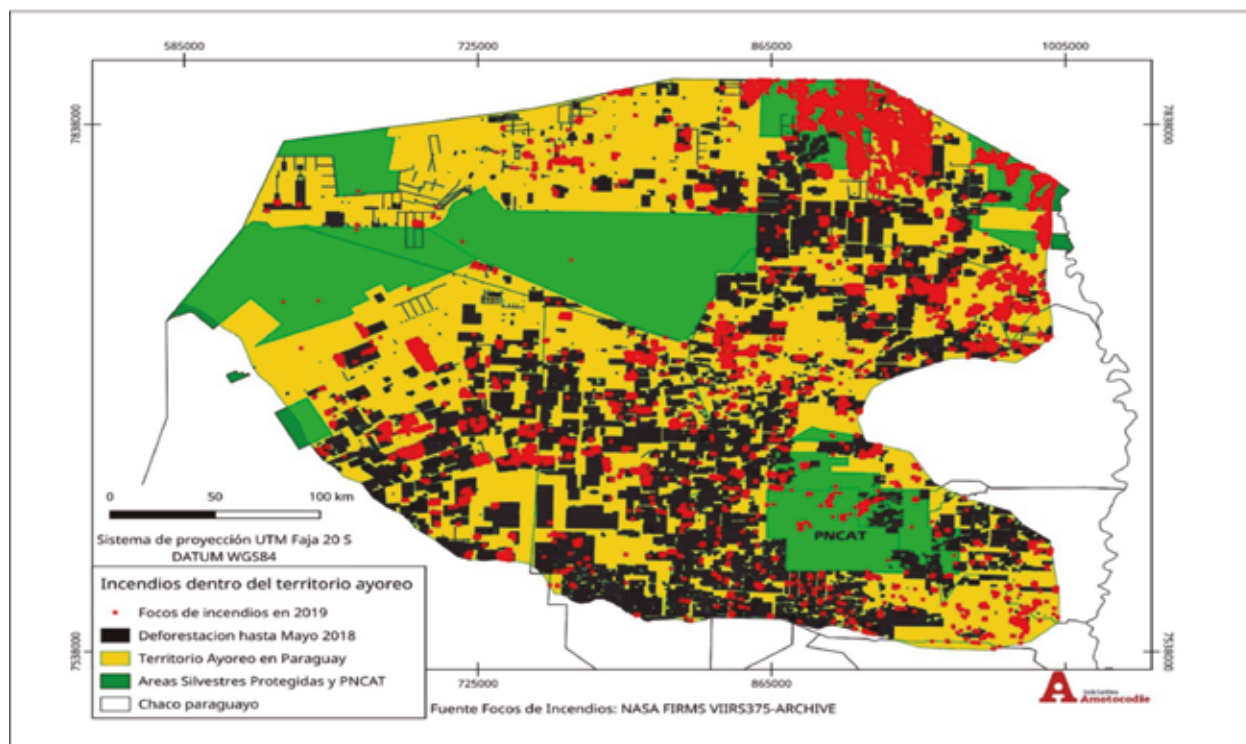
Paraguai

Incêndios em territórios/reservas indígenas com presença de PIA. Registro histórico de incêndios de 2015 até 2019

Tabela 10. Superfícies afetadas por incêndios florestais nos últimos 5 anos. Monitoramento realizado por Iniciativa Amotocodie.

	Focos de incêndios				
	2015	2016	2017	2018	2019
Vinculados a desmatamento e pastagens	22.036				20.195
Áreas Silvestres Protegidas	957				4.415
Patrimônio Natural e Cultural Ayoreo Totobiegosode	735				305
Propriedades indígenas	98				377
Total anual	23.826	21.326	19.275	13.666	25.292

Mapa 7. Focos de incêndio em 2019.



7. Considerações

A iniciativa do Grupo de Trabalho Internacional de Proteção aos Povos Indígenas em Situação de Isolamento e Contato Inicial – GTI PIACI, deliberada no encontro em Lima (novembro de 2019), em elaborar o INFORME TRINACIONAL – QUEIMADAS E DESMATAMENTO EM TERRITÓRIOS DE POVOS INDÍGENAS EM SITUAÇÃO DE ISOLAMENTO NA BOLÍVIA, NO BRASIL E NO PARAGUAI (2019), decorre da necessidade de quantificar os efeitos das queimadas sobre os PIA na Bolívia, no Brasil e no Paraguai, Estados que apresentam altos índices de queimadas em 2019, quando comparados com o histórico dos anos anteriores.

A partir dos três ‘Informe Queimadas Local’, elaborados por organizações indígenas e aliadas da Bolívia, do Brasil e do Paraguai, sistematizamos informações tendo como base uma metodologia pactuada *a priori*. A leitura individual de cada um desses informes, indispensável, apresenta dados criteriosos sobre desmatamentos e focos de calor que incidiram sobre os territórios com registros de PIA.

Nesse contexto, para não sermos repetitivos, daremos prioridade à análise regional dos impactos das queimadas sobre os PIA e seus territórios.

A tabela e quadro abaixo apresentam um resumo de focos de calor em 2018 e 2019 em territórios indígenas e unidades de conservação com registros de PIA na Bolívia, no Brasil e no Paraguai:

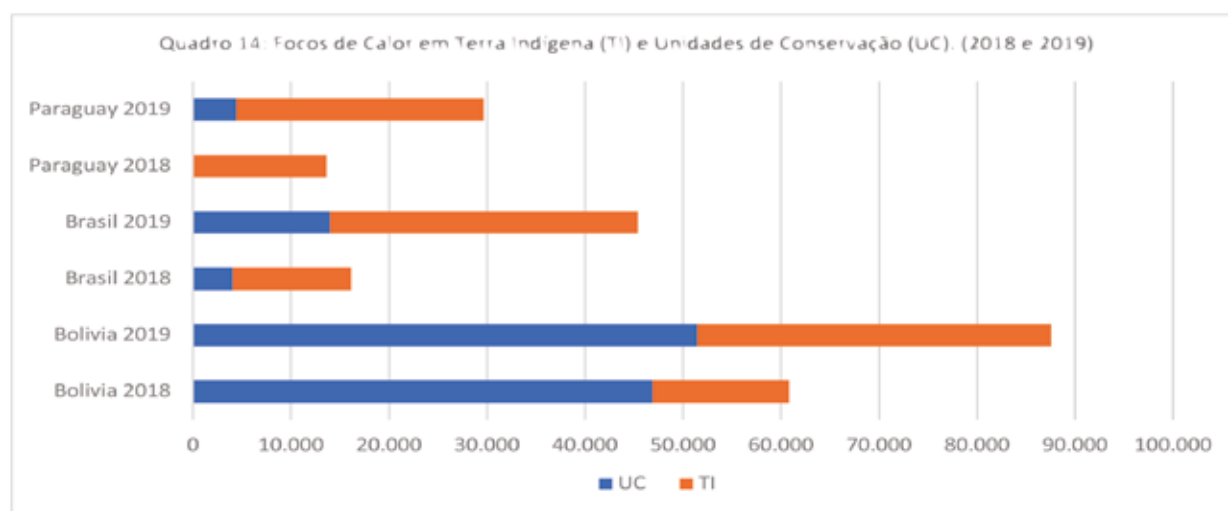
Tabela 11. Focos de calor em Terras Indígena (TI) e Unidades de Conservação (UC) (2018 e 2019).

País	Focos de Calor 2018 (em TI)	Focos de Calor 2019 (em TI)	Focos de calor 2018 (em UC)	Focos de calor 2019 (em UC)
Bolívia	13.953 (em 18 TI)	36.034 (em 18 TI) (aumento de 258,25%)	6.891 (em 11 UC)	51.502 (em 11 UC) (aumento de 744,38%)
Brasil	12.125 (80 TI)	31.438 (80 TI) (aumento de 259,28%)	4.021(16 UC)	13.988 (16 UC) (aumento de 347,87%)
Paraguai	13.666*	25.292* (aumento de 185,12%)	10**	4.415** (aumento de 44.150%)

* Total de focos de calor em TI e UC nos referidos anos.

** Incluye todas las UC del estado en el área Ayoreo. Las áreas protegidas dentro de ese territorio Ayoreo, que fueron analizadas son cinco: PN Cerro Covoreca, PN Rio Negro, PN Defensores del Chaco, PN Médanos del Chaco y la Reserva Natural Cabrera Timane.

Figura 8. Focos de Calor em Terras Indígenas (TI) e Unidades de Conservação (UC) (2018 e 2019).



Foram analisados 99 Territórios Indígenas (TI) com registros de PIA na Bolívia, no Brasil e no Paraguai, constatando-se em 2019, em comparação com 2018, um aumento de focos de calor na ordem de 258,25% na Bolívia, 259,28% no Brasil e 185,12% no Paraguai. Os focos de calor detectados nas 32 unidades de conservação (áreas protegidas) com presença de PIA em 2019, em comparação com 2018, tiveram um aumento de 744,38% na Bolívia, 347,87% no Brasil e 4.415% no Paraguai.

Os dados apresentados acima falam por si só e, quando agregados aos demais lícitos

e ilícitos que afetam os territórios ocupados por PIA, demonstram que a situação dos PIA nos três países é altamente grave. E tende a se agravar, pois além do perigo de contaminação pelo Sars-CoV-2, as taxas de desmatamento, já em 2020, se comparadas com o mesmo período de 2019, aumentaram consideravelmente na Amazônia brasileira, tendência que se confirma na Bolívia e Paraguai.

No geral, o desmatamento no primeiro trimestre deste ano [2020 - no Brasil] foi 51% maior que no mesmo período do ano passado.

“Quando a estação seca chegar à Amazônia, essas árvores derrubadas vão virar combustível para queimadas. Esse foi o ingrediente principal da temporada de fogo de 2019, uma história que pode se repetir em 2020 se nada for feito para impedir”, explica a pesquisadora Ane Alencar, diretora de Ciência do IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia).³⁷

As medições já estão mostrando o aumento da estação seca e suas consequências. Estamos vendo o aumento da mortalidade de árvores típicas da Amazônia e a sobrevivência de árvores menores, mais resistentes, do cerrado [a savana brasileira]”, lamenta o climatologista Carlos Nobre, que lidera o Painel Científico para a Amazônia (SPA, na sigla em inglês).³⁸

Como já abordado neste informe, os PIA são povos submetidos a uma situação de alta vulnerabilidade. Diante desse aumento alarmante de focos de calor e derrubadas nos territórios com registros de PIA, seja em terras indígenas, seja em unidades de conservação, é altamente perturbadora a situação de desespero por que passaram esses povos com as queimadas ocorridas em seus territórios em 2019. Não sabemos quantos desses povos ainda sobrevivem.

O sistema de proteção para PIA do Estado brasileiro está praticamente paralisado em decorrência das alterações nos recursos humanos e na política protetiva. E o que dizer dos PIA na Bolívia e no Paraguai, Estados onde não existem sistemas nem políticas protetivas implementadas.

Diante desse inexorável quadro, os únicos agentes protetivos que têm se colocado em defesa dos PIA, nos três países em questão,

são as organizações indígenas e organizações aliadas. Essas organizações, dentro do possível “legal”, vêm desenvolvendo iniciativas junto às populações indígenas que vivem na fronteira ou compartilham territórios com os PIA. Para a sociedade civil organizada, em alguns casos, só resta promover denúncias e alertas à comunidade internacional, como forma de monitorar violações de direitos e desencadear posturas proativas para a proteção dos PIA nesses países.

Diante do quadro de impactos sobre os territórios dos PIA (ocorridos e os que estão por vir), agravado pelas queimadas e derrubadas, não é exagero afirmar que muitos dos 185 registros de PIA na América do Sul já se encontram no seu limiar quanto ao conjunto de conhecimento e práticas para garantir sua sobrevivência. “Assim, é urgente refletir profundamente sobre isso, na medida em que o processo de expansão econômica na região e demais áreas da Amazônia têm, historicamente, gerado intensa degradação ambiental e perda da biodiversidade”.³⁹

Em matéria⁴⁰ publicada na *Deutsch Welle* (DW) Brasil, em abril de 2020, a jornalista Nádia Pontes apresenta estudos realizados há décadas, promovidos por cientistas de diversas partes do mundo, nos quais se afirma a existência de um elo entre o desmatamento e epidemias.

Uma das pesquisadoras mencionadas é Aneta Afelt, da Universidade de Varsóvia, na Polônia, que demonstrava, em texto publicado anos antes da atual pandemia, a conexão entre perda florestal, proliferação de morcegos nas

37 Disponível em: https://amazonia.org.br/2020/04/desmata-por-grilagem-explode-e-pode-alimentar-temporada-de-fogo-na-amazonia/?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=Noticias-da-Amazonia-22-de-abril-de-2020 Acesso em: 10 maio 2020

38 Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/amazônia-ganha-destaque-inédito-na-ciência-internacional/a-52327828> Acesso em: 10 maio 2020

39 Santos Júnior, Tarcísio da Silva; CANDOR, Jair Catabriga; CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara. **Uso de recursos naturais pelos Índios Piripkura no Noroeste de Mato Grosso [Brasil]:** uma análise do Conhecimento Ecológico Tradicional no contexto da política expansionista do Brasil na Amazônia Meridional. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/16301>. Acesso em: 03 maio 2020.

40 Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-elos-entre-desmatamento-e-epidemias-investigado-pela-ciência/a-53135352> Nesse link, podem ser encontradas outras matérias relacionadas a esse tema. Acesso em 09 maio 2020

áreas degradadas e coronavírus. As pesquisas realizadas por Afelt descrevem como os altos índices de destruição florestal ocorrida nos últimos quarenta anos na Ásia eram um indicativo de que a próxima doença infecciosa poderia sair dali.

Segundo as pesquisadoras citadas na matéria mencionada, o elo entre desmatamento e epidemias vem sendo estudado há décadas. Vejamos:

Faz pelo menos duas décadas que cientistas repetem o alerta: à medida que populações avançam sobre as florestas, aumenta o risco de micro-organismos – até então em equilíbrio – migrarem para o cotidiano humano e fazerem vítimas. Foi por isso que a notícia sobre a propagação do novo coronavírus, detectado pela primeira vez na China em dezembro passado e que se espalhou pelo mundo, não pegou Ana Lúcia Tourinho de surpresa. Doutora em Ecologia [Universidade Federal de Mato Grosso – BR], ela estuda como o desequilíbrio ambiental faz com que a floresta e sociedade fiquem doentes. (...)

No caso do novo coronavírus, batizado de Sars-CoV-2, muito antes de infectar os primeiros humanos e viajar a partir da China, abrigado no corpo de viajantes, para outras partes do mundo, ele habitava outros hospedeiros num ambiente selvagem – morcegos, provavelmente.

Isolados e em equilíbrio em seu habitat, como florestas fechadas, vírus como esse não ameaçariam os humanos. O problema é quando esse reservatório natural começa a ser recortado, destruído e ocupado.

Na Amazônia, onde em 2019 o desmatamento bateu o recorde desta década, com 9.762 km² destruídos, e os alertas de desmatamento aumentaram 51,4% entre janeiro e março de 2020 em relação ao período anterior, o cenário é parecido.

(...) A região com a maior floresta tropical do mundo também é considerada um provável polo de epidemias, como mostrou uma análise feita por uma equipe liderada por Simon Anthony, da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Só de coronavírus que circulam em morcegos também no Brasil, o levantamento contabilizou pelo menos 3.204 tipos.

O risco que vem da Amazônia

Tourinho não gosta nem de pensar sobre o impacto na saúde pública se a destruição da Floresta Amazônica seguir o ritmo acelerado. “Se a Amazônia virar uma grande savana, não dá nem para imaginar o que pode sair de lá em termos de doenças. É imprevisível”, diz a pesquisadora. “Além de ser importante para nós por causa do clima, da fauna, ela é importante para nossa saúde.”

Estudos feitos no país já traçaram a relação direta entre o corte da Amazônia e o aumento de doenças. Em 2015, por exemplo, uma equipe do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) constatou que, para cada 1% de floresta derrubada por ano, os casos de malária aumentavam 23%.

A pesquisa foi feita com dados de 773 cidades no Projeto de Monitoramento de Desmatamento da Amazônia, de 2004 a 2012. Além da malária, a incidência de leishmaniose também se mostrou diretamente relacionada ao desmatamento.

“A floresta fechada é como um escudo para que comunidades externas entrem em contato com animais que são hospedeiros de micro-organismos que causam doenças. E quando a gente fragmenta a floresta, começa a fazer vias de entrada no seu seio, isso é uma bomba-relógio”, conclui Tourinho, mencionando ainda o perigo trazido por grandes empreendimentos, como hidrelétricas na Amazônia.

O entra e sai da floresta fragmentada para tirar madeira, colocar gado, abrir garimpo também é apontado como um perigo para a saúde. “As pessoas que entram nessas áreas podem ter contato com esses vírus e levar dentro delas o problema para centros urbanos”, exemplifica Tourinho.

Nesse cenário, indígenas conseguem ser mais resistentes devido ao convívio por séculos com a floresta intocada, pontua a pesquisadora.

“Quando esses vírus chegam às cidades, a disseminação é muito rápida, justamente por toda a facilidade de deslocamento nesses centros, possibilidade de deslocamentos internacionais. As cidades repetem o mesmo estilo de confinamento que a gente faz com os animais e são galtilhos para proliferação de doenças contagiosas”, acrescenta a bióloga.

Uma dessas rotas pode explicar a origem da pandemia do Sars-Cov-2. A covid-19, doença respiratória provocada pelo coronavírus, infec-

tou mais de 2 milhões de pessoas e matou mais de 128 mil no mundo, segundo dados atualizados pela Universidade Johns Hopkins nesta quarta-feira (15/04/2020)

Os alertas indígenas sobre os riscos da ação predadora dos “brancos” na natureza, inaudíveis e invisibilizados pelos “povos da mercadoria”, reverterão drasticamente sobre a humanidade. O líder indígena Davi Kopenawa, em seu livro “A queda do Céu”⁴¹, a partir de seu saber xamânico mais abrangente obtido pela visão propiciada pelos alucinógenos (a yãkoana), profetiza: (...) *quando a Amazônia sucumbir à devastação desenfreada e o último xamã morrer, o céu cairá sobre todos e será o fim do mundo*. A partir de visões xamânicas e reflexões etnográficas sobre os não indígenas, Kopenawa visibiliza e vocifera à humanidade para um prenúncio catastrófico para todos nós, caso continue a ação devastadora da supremacia dos não indígenas sobre o que chamamos de “meio ambiente”.

Em entrevista ao *O Globo*⁴², Bruce Albert, referindo-se à compreensão de Kopenawa sobre seu povo e os não indígenas, fala sobre as diferenças entre a estrutura da escrita ocidental e a multiplicidade das palavras dos espíritos xamânicos e destaca o alerta de Kopenawa para o desastre ambiental provocado pelo “povo da mercadoria”:

Kopenawa elabora em seu discurso imagens diferentes dos brancos, inclusive dos espíritos dos brancos. Os napënapëri são os ancestrais xamânicos dos brancos, que são aliados dos povos da floresta. E há também os espíritos dos brancos que desencadeiam a epidemia xawara. Como essas diferentes imagens compõem — se é que elas compõem — um retrato total dos brancos? Os brancos seriam, ao mesmo tempo, aliados e inimigos, um povo dividido internamente do ponto de vista sobrenatural?

Os napënapëri são espíritos xamânicos dos antepassados dos brancos, no primeiro tempo, quando os brancos eram forasteiros não mui-

to diferentes dos Yanomami, quando “ainda tinham cultura” como diz o Davi. Os xawarari são espíritos canibais das epidemias que seguem os brancos atuais e suas mercadorias. São duas coisas diferentes. Porém, existe mesmo uma dualidade na visão yanomami dos brancos. Tem, de um lado, os brancos como povo diferente, porém aberto à aliança, como os “verdadeiros forasteiros” (napëpë yai) do tempo das origens; e, na outra, os brancos atuais como predadores associiais e insaciáveis que Davi chama o “povo da mercadoria”.

O Informe Queimada Trinacional, ao refletir dados do passado (recentíssimo), pretende anunciar/denunciar a necessidade urgente de se estabelecer uma mobilização mundial em prol da proteção dos PIA da Amazônia e do Grande Chaco. Estados, organismos multilaterais, sociedade civil em geral, mesmo vivenciando uma crise mundial causada pelo Sars-CoV-2, devem estabelecer estratégias protetivas frente ao retorno das queimadas e derrubadas que assolarão, mais uma vez, os territórios dos povos indígenas em situação de isolamento e contato inicial.

Diante desse quadro desolador para os PIA na América do Sul, propomos as seguintes medidas, para mitigar os efeitos destruidores que os afetam:

1. Tendo em vista que os incêndios florestais, áreas naturais e campos em geral, têm abrangência global, devido à enorme contribuição para a atmosfera de gases de efeito estufa produzidos por esses incêndios e à enorme perda de biodiversidade e funcionalidade ambiental dos biomas afetados, é imperativo promover a negociação de um acordo vinculativo que garanta um financiamento mínimo equivalente a 1% do faturamento de empresas transnacionais nos territórios dos países signatários. Esses fundos serão administrados por uma entidade de ampla composição, garantindo a participação igual dos representantes

41 Kopenawa, Davi; Albert Bruce. **A queda do Céu - Palavras de um xamã Yanomami**. 1ª edição. São Paulo. Companhia das Letras. 2015.

42 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/em-queda-do-ceu-davi-kopenawa-bruce-albert-apresentam-pensamento-yanomami-17264840> Acesso em: 10 maio 2020

nomeados pelos povos indígenas. Dessa maneira, o conjunto de causas subjacentes dos incêndios pode ser tratado, o que promoverá a tolerância ou aceitação dos sistemas naturais ao impacto de impactos descontrolados de incêndio;

2. Apoio e incremento às iniciativas de indígenas com história de contato no que tange ao fortalecimento e à formação de 'brigadas indígenas' de combate e prevenção a incêndio, a exemplo do que ocorre no Brasil por meio do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – PREVFOGO, vinculado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Esse sistema tem a competência de coordenar as ações necessárias à organização, implementação e operacionalização das atividades relacionadas com educação, pesquisa, prevenção, e controle e combate aos incêndios florestais e queimadas.⁴³ Sistemas similares devem ser implementados no Paraguai e na Bolívia, uma vez que os povos indígenas desses países formularam estratégias indígenas para combater o incêndio, considerando suas diretrizes e conhecimentos culturais;
3. Apoio e incremento às iniciativas protagonizadas por indígenas com história de contato relativas à autoproteção territorial, a exemplo dos Guardiões da Floresta que, por vontade próprias, criam coletivos para protegerem seus territórios;⁴⁴
4. Solicitação para que os organismos multilaterais instem os Estados boliviano, brasileiro e paraguaio a estabelecerem em 2020, em regime de urgência, e em cooperação com as organizações indígenas e aliadas, programas preventivos e de combate a incêndios nos territórios com presença de PIA. Esses organismos devem disponibilizar os fundos necessários para a implementação das medidas no âmbito de regimes de emergência. Os representantes dos povos indígenas devem fazer parte das estruturas e do processo de solicitação de fundos.
5. Recomendação para que, em consonância com a proposta de número 4, as Casas Legislativas da Bolívia, do Brasil e do Paraguai, em diálogo com as organizações indígenas e sociedade em geral, legislem sobre uma proposta de Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo que resulte num Plano de Prevenção e Combate aos Desmatamentos na Amazônia, Grande Chaco e Cerrado. O manejo integrado do fogo prevê queimas prescritas e controladas combinadas com a prevenção e o combate aos incêndios florestais, além de estratégias para o uso controlado do fogo e de seu combate, também institui a responsabilização administrativa, civil e criminal aos responsáveis pelos focos de fogo não autorizado ou autorizado que fujam ao controle e gerem danos ambientais, econômicos ou sociais;
6. Recomendação para que os organismos multilaterais instem os Estados boliviano, brasileiro e paraguaio a constituírem força tarefa em caráter de urgência, por meio de suas instituições competentes, com a finalidade de definir e implementar um plano de proteção dos territórios com registro de PIA, de modo a retirar todos os invasores que se encontram no interior dos referidos territórios. Além disso, esses governos devem ser instados a empreender um processo de devolução de terras suficientes em territórios indígenas e a dispor de meios financeiros suficientes para realizar sua restauração ecológica, a fim de cumprir sua função de habitat efetivo para os PIAs;

43 Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. Mais informações sobre este tema está disponível em: <https://www.ibama.gov.br/incendios-florestais/prevfogo> e https://ambientes.ambientebrasil.com.br/florestal/programas_e_projetos/prevfogo_-_sistema_nacional_de_prevencao_e_combate_aos_incendios_florestais.html

44 <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/594150-quem-sao-os-guardioes-da-floresta-o-grupo-de-indios-protetores-da-amazonia-no-maranhao> Acesso em: 12 maio 2020

7. Recomendação para que os organismos multilaterais convoquem, com urgência, os Estados a elaborarem planos preventivos aos incêndios que se avizinham para 2020, tendo em vista os inúmeros registros de PIA em região transfronteiriça na América do Sul, com casos de incêndios passando de um país a outro, como no caso da Bolívia e do Paraguai.

Por fim, e não menos importante, consideramos necessário que, diante da pandemia disseminada pelo Sars-CoV-2, as comunidades científicas internacionais, bem como as sociedades nacionais, reconheçam as diferentes formas de entendimento e elaboração científica dos povos originários quanto às premissas do elo entre desmatamento e epidemias.

Bruce Albert, na entrevista citada anteriormente, comenta acerca do anúncio-denúncia de Kopenawa em comparação com os estudos científicos ocidentais contemporâneos. Vejamos:

Como inúmeros estudos científicos não param de comprovar, estamos no início de um desastre ambiental de uma magnitude ainda pouco imaginável pela maior parte das pessoas. Estamos no começo do fim do modelo de predação generalizada dos povos e do planeta inventado pelo “povo da mercadoria” há poucos séculos. A palavra do Davi não é, portanto, uma mera profecia exótica. É um diagnóstico e um aviso. Um diagnóstico porque faz uma etnografia xamânica muito perspicaz do nosso fetichismo da mercadoria. Um aviso porque descreve um processo de envenenamento e de aquecimento do céu já avançados e, tal como fazem os cientistas, aponta para o inevitável e trágico desfecho deste processo, a menos que uma improvável e radical mudança de rumo aconteça.

8. Referencias

- ALARCÓN, Miguel Angel; CRUZ, Luis María de la; KANG, Jieun; LOVERA, Miguel. *Informe Queimadas Local Paraguai (IQL Py) - Impactos de los incendios forestales sobre grupos ayoreo aislados y su territorio en el norte del chaco paraguayo*. Iniciativa Amotocodie – IA, 2020.
- AMORIM, Fabrício Ferreira. *Povos indígenas isolados no Brasil e a política indigenista desenvolvida para efetivação de seus direitos: avanços, caminhos e ameaças (Pueblos indígenas aislados en Brasil y la política indigenista desarrollada para la efectivización de sus derechos)*. In: Revista Brasileira de Linguística Antropológica. 2016.
- BERKES, F.; FOLKE, C.; GADGIL, M. *Traditional ecological knowledge, biodiversity, resilience and sustainability (Conocimiento tradicional ecológico, biodiversidad, resiliencia y sustentabilidad)*. Pp. 269–287. En: C. Perrings, K.-G. Mäler, C. Folke, C. S. Holling, y B.O. Jansson, editores. *Biodiversity conservation (Conservación de la biodiversidad)*. Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, The Netherlands. 1995.
- CUSI, Adamo A. Diego; Yubánure, Agustin Moy. – **Informe Queimadas Local Bolívia (IQL Bo): Incendios forestales en territorios y áreas protegidas con registros de pueblos indígenas en aislamiento y contacto inicial-diagnóstico Bolivia 2015 – 2019**. Consejo de Comunidades Indígenas Tacana II Río Madre de Dios – CITRMD, 2020.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade (El mito de la desterritorialización: del “fin de los territorios” a la multiterritorialidad)*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. Disponible en: <http://www.seer-adventista.com.br/ojs/index.php/formadores/article/viewFile/455/419>. Acesso el: 8 marzo 2019.
- HUERTAS, Beatriz. *Corredor Territorial Indígena en Aislamiento y Contacto Inicial Pano, Arawak y otros - Diagnóstico y fundamentos antropológicos*, publicado en 2015 por la “Plataforma de organizaciones indígenas para la protección de los pueblos en aislamiento y contacto inicial do Perú”.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do Céu - Palavras de um xamã Yanomami (La caída del Cielo- Palabras de un chamán)*. 1ª edición. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MENÉNDEZ, Miguel. *A área Madeira-Tapajós. Situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. (El área Madeira-Tapajós. Situación de contacto y relaciones entre colonizador e indígenas)*. En: Carneiro da Cunha, M. (org.) *História dos Índios no Brasil (Historia de los indios en Brasil)*. São Paulo: Cia. das Letras.
- MILLER, Eurico T. *A cultura cerâmica do tronco Tupi no alto Ji-Paraná, Rondônia – Brasil (La cultura cerámica del tronco Tupi en lo alto Ji-Paraná, Rondonia- Brasil)*. Revista Brasileira

- de Linguística Antropológica, (Revista Brasileira de Linguística Antropológica) 1(1): 35-136. Brasília: LALI/Universidade de Brasília. 2016.
- ONU. *Directrices de protección para los pueblos indígenas en aislamiento y en contacto inicial de la región amazónica, el Gran Chaco, y la región oriental de Paraguay*. Resultado de las consultas realizadas por ACNUDH en la región: Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú y Venezuela. Disponible en: <https://acnudh.org/load/2019/07/015-Directrices-de-Protección-para-los-Pueblos-Ind%C3%ADgenas-en-Aislamiento-y-en-Contacto-Inicial-de-la-Región-Amazónica-el-Gran-Chaco-y-la-Región-Oriental-de-Paraguay.pdf>. Acceso el: 08/05/2020.
- OEA/CIDH. *Pueblos indígenas en aislamiento voluntario y contacto inicial en las Américas: Recomendaciones para el pleno respeto a sus derechos humanos / [Preparado por la Relatoría sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos]*. – 2013. Disponible en: <http://www.oas.org/es/cidh/indigenas/docs/pdf/informe-pueblos-indigenas-aislamiento-voluntario.pdf> Acceso el: 8 mayo 2020.
- OVIDEO, Rafael Antônio Malagón; CZERESNIA, Dina. *O conceito de vulnerabilidade e seu caráter biossocial (El concepto de vulnerabilidad y su carácter biosocial)*. Botucatu: Interface, 2014.
- SANTA ROSA, Ananda, *Informe Queimadas Local Brasil (IQL Br): Diagnóstico de fogo em terras indígenas e unidades de conservação com registro de povos indígenas em isolamento (Diagnóstico de fuego en tierras indígenas y unidades de conservación con registro de pueblos indígenas en aislamiento)*. Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, 2020
- SANTOS JÚNIOR, Tarcísio da Silva; CANDOR, Jair Catabriga; CABRAL, Ana Sueley Arruda Câmara. *Uso de recursos naturais pelos Índios Piripkura no Noroeste de Mato Grosso: uma análise do Conhecimento Ecológico Tradicional no contexto da política expansionista do Brasil na Amazônia Meridional (Uso de recursos naturales por los indios Piripkura en el Noroeste de Mato Grosso: análisis del Conocimiento Ecológico Tradicional en el contexto de la política expansionista de Brasil en la Amazonía Meridional)*. Revista Brasileira de Linguística Antropológica, V.8, n. 2, 2016.
- VAZ, Antenor. *Diagnóstico Institucional – Grupos Indígenas Isolados e de Recente Contato no Brasil (Diagnóstico Institucional - Grupos Indígenas Aislados y de Reciente Contacto en Brasil)*. Programa Marco Estratégico para os Povos Indígenas Isolados e Contato Inicial. OTCA, 2013.
- VAZ, Antenor. 2019. *Pueblos indígenas en aislamiento: territorios y desarrollo en la Amazonía y el Gran Chaco [‘Informe Regional’]*. 2019 Disponible en: <http://landislife.org/wp-content/uploads/2019/10/Land-is-life-25-septiembre-2019.pdf>. Acceso el: 09 mayo 2020.

9. Anexos

- CUSI, Adamo A. Diego; Yubánure, Agustín Moy. – **Informe Queimadas Local Bolívia (IQL Bo)**: Incendios forestales en territorios y áreas protegidas con registros de pueblos indígenas en aislamiento y contacto inicial-diagnostico Bolivia 2015 – 2019. Consejo de Comunidades Indígenas Tacana II Río Madre de Dios – CITRMD, 2020.
- ALARCÓN, Miguel Ángel; CRUZ, Luis María de la; KANG, Jieun; LOVERA, Miguel. Paraguay Local Fire Report (PyLFR) - **Informe Queimadas Local Paraguai (IQL Py)** - Impactos de los incendios forestales sobre grupos ayoreo aislados y su territorio en el norte del chaco paraguayo. Iniciativa Amotocodie – IA, 2020.
- SANTA ROSA, Ananda. **Informe Queimadas Local Brasil (IQL Br)**: Diagnóstico de fogo em terras indígenas e unidades de conservação com registro de povos indígenas em isolamento (Diagnóstico de fuego en tierras indígenas y unidades de conservación con registro de pueblos indígenas en aislamiento). Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, 2020.

O Grupo de Trabalho Internacional para a Proteção dos Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial (GTI PIACI) tem o prazer de apresentar o **Informe Trinacional: Incêndios e Desmatamento em Territórios com Registros de Povos Indígenas em Isolamento, na Bolívia, no Brasil e no Paraguai**. O objetivo deste Informe é determinar os impactos dos incêndios registrados em 2019 para os Povos Indígenas Isolados (PIA) e seus territórios, com base em uma metodologia que incorpora três relatórios de situação local, nos quais as vozes dos povos que compartilham território com o PIA cumprem um papel central. Por meio de mapas, informações georreferenciadas e testemunhos diretos, este informe reconstrói os sérios eventos que ocorreram durante 2019 em vastas regiões da Amazônia e no Grande Chaco Sul-Americano.

